

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**A QUESTÃO DA ESCOLARIDADE NAS
COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO
RIBEIRA**

ROSAMARIA SARTI DE LIMA RAMOS

PIRACICABA, SP

2009

A QUESTÃO DA ESCOLARIDADE NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA

ROSAMARIA SARTI DE LIMA RAMOS

ORIENTADOR: PROF^a. DR^a. ANNA MARIA LUNARDI PADILHA

**Dissertação apresentada à
Banca Examinadora do
Programa de Pós-Graduação
em Educação da UNIMEP
como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre
em Educação.**

**PIRACICABA, SP
2009**

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Anna Maria Lunardi Padilha(orientadora)

Prof Dr José Maria Paiva(suplente – UNIMEP)

Profª Drª Maria Guiomar Tomazello(UNIMEP)

Profª Drª Maria de Lourdes Ramos (USP)

Prof Dr João Pedro Fonseca (USP- suplente)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos quilombolas do Vale do Ribeira que me ensinaram através de suas lutas diárias e determinação, a enxergar além das impossibilidades. O sentimento predominante nas comunidades pesquisadas, de que não existe o “Eu”, mas o “Nós”, me faz acreditar que ainda é possível o ser humano pensar no outro, “ser” o outro. Daí então a minha admiração, carinho e respeito pelos afro-descendentes brasileiros que com suor e sangue contribuíram para a formação cultural e econômica de nosso país ajudando a desconstruir o mito de um paraíso racial que nunca existiu.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me concedido vida e forças nos momentos difíceis. Agradeço à minha família, especialmente ao meu esposo Gil companheiro paciente, compreensivo que me incentivou e abdicou de muitas coisas para que este trabalho se tornasse realidade.

Aos meus filhos Matheus e Rebeca, a grande razão da minha luta. E que luta!

Aos meus pais Orlando e Aurora que nem por um instante deixaram de acreditar em mim. Obrigada Seu Orlando por me acompanhar nas visitas aos quilombos.

D^a Aurora, minha mãe, sua história de vida sempre foi uma inspiração para nós, nos ensinou a lutar e não desistir diante das situações adversas.

Aos meus irmãos César, Samuel e Eliezer que sempre torceram por mim.

Minha irmã Rosana, minha grande amiga que acompanhou cada passo desta pesquisa e esteve comigo nos quilombos me mostrando coisas que sozinha eu não conseguiria ver. À minha amiga Néia que pacientemente lia o que eu produzia e dava sugestões que foram importantes. Minha amiga Kathy que me ajudou a organizar o abstract deste trabalho, mesmo não entendendo completamente a nossa língua. Thanks dear! Às meninas da secretaria da PPGE que prontamente nos auxiliavam, Angelise, Dulce, Rose, Elaine. Obrigada queridas!

À Prof^a Dr^a Maria de Lourdes Ramos da USP que desde os primeiros momentos me incentivou e me apoiou desde os primeiros momentos em que nos conhecemos. Obrigada professora, você é muito importante para mim.

Agradeço aos professores da PPGE pelos conhecimentos transmitidos, especialmente aos professores do Núcleo de Práticas Educativas.

Aos professores que participam de minha Banca de Qualificação e Defesa.

À Prof^a Dr^a Maria Guiomar que contribuiu muito e com um jeitinho especial foi apontando alguns caminhos.

Ao Prof. Dr José Maria Paiva que foi meu professor em algumas disciplinas, suas sugestões em minha Banca de Qualificação foram muito significativas. Obrigada professor!

Especialmente expresso minha gratidão à minha orientadora Prof^a Dr^a Anna Maria

Lunardi Padilha, que foi muito mais que orientadora, foi amiga, paciente e dedicada, que soube conduzir esta pesquisa nas mais adversas situações sem perder de vista o objetivo principal. Ter você como minha orientadora me fez crescer não apenas como pesquisadora, mas me tornou um ser humano melhor sem medo de ser chamada de científica como dizia Paulo Freire. Valeu professora!

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, Brasil.

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada na região do Vale do Ribeira, Sul do Estado de São Paulo que abriga o maior número de comunidades quilombolas. As comunidades escolhidas para a pesquisa foram: Ivaporunduva, a mais antiga comunidade do Vale, Nhunguara a que possui maior extensão territorial e Sapatu onde há o maior número de famílias. Constitui-se uma pesquisa bibliográfica, de campo e de cunho etnográfico. Os objetivos desta pesquisa são: identificar as causas prováveis do analfabetismo e o nível de escolaridade desses moradores; conhecer o significado de escola para esses quilombolas e quais as perspectivas que mantêm em relação à escolaridade como prática social; tornar conhecidas estas comunidades, seus valores culturais e suas lutas e oferecer subsídios para estudos posteriores. Foi feito um resgate da história do negro no Brasil destacando a questão da discriminação racial, seus valores culturais e suas lutas. Este trabalho aborda também a história da educação do negro no Brasil, o que autores como Saviani, Paulo Freire e outros afirmam sobre a questão da escolaridade, as políticas públicas de ação afirmativas que envolvem diretamente os afro-descendentes brasileiros. Por meio de dados encontrados em documentos históricos, pesquisas de dissertações e teses foi possível fazer um levantamento histórico sobre a região do Vale do Ribeira e suas comunidades quilombolas. Hoje, a partir de uma análise das falas desses moradores é possível perceber que a escola ainda é vista como possibilidade para uma possível ascensão social, afirmam que querem que seus filhos e netos estudem e contribuam com as comunidades e com a região. Em um primeiro momento foi identificado que os quilombolas mais velhos não estudaram por motivos diversos: falta de tempo, a escola ficava distante de onde moravam, não achavam necessário frequentar a escola. Hoje, porém, desejam que seus filhos frequentem a universidade e tenham oportunidades melhores que os mais velhos tiveram. Discordam, porém, o currículo das escolas que ainda não contempla o negro e sua história.

PALAVRAS-CHAVE: quilombolas, negros, discriminação racial, educação, escolaridade.

ABSTRACT

This work was completed in quilombo communities located in the Valley of Ribeira, in the south part of the state of São Paulo. The communities chosen for this research were Ivaporunduva, Nhunguara and Sapatu. An attempt is made to demonstrate the changes through time of the social condition, the culture, and the meaning and importance of education of the people that have lived in these communities. Bibliographic research has revealed retrospectively a part of African history in relation to these people and their customs and behavior. It tells the story of their subsequent suffering due to the slave trade that brought them to Brazil and to the Valley of Ribeira. This project uncovers some of the prejudices that still exist in Brazil. Personal accounts reveal further concerns related to daily life, culture, economies in the quilombos, religion and education. The rate of illiteracy in this region is shown to be significant. They want that your children go to at university for to have better opportunities, but don't agree with the curriculum teaches at school because it isn't contemplate negroes and their story.

Key words: racial discrimination, negroes, prejudice, education, quilombo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I	
O NEGRO NA HISTÓRIA DO BRASIL.....	13
1.1 Sob o estigma da escravidão.....	13
1.2 O negro na sociedade brasileira e a discriminação racial.....	18
1.3 Os negros, seus valores culturais e suas lutas.....	25
CAPÍTULO II	
EDUCAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO.....	31
2.1 Educação Formal: inclusão ou exclusão?.....	31
2.2 A escola e o negro.....	34
2.3 O negro e as políticas públicas de ações afirmativas.....	39
CAPÍTULO III	
CONHECENDO O VALE DO RIBEIRA.....	45
3.1 IVAPORUNDUVA.....	47
3.2 NHUNGUARA.....	54
3.3 SAPATU.....	61
3.4 Os quilombolas do Vale do Ribeira e a escolaridade.	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77

I INTRODUÇÃO

Sou professora há 20 anos, cresci vendo minha mãe, professora da zona rural, estudando, preparando aulas, mas também fazendo muitas outras coisas pela comunidade, como auxiliar em partos, aplicar injeção, cuidar de funerais. Eu considerava estranhas essas atitudes de minha mãe. O professor era muito valorizado, era uma autoridade no bairro. Havia respeito, diálogo e um comprometimento com os alunos que ia além da sala de aula. Diante dessas lembranças, hoje reflito sobre o que Paulo Freire disse: ensinar é uma especificidade humana, que exige segurança, competência profissional, generosidade e comprometimento, compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo, é querer bem aos educandos (FREIRE, 1993). Isso eu vivenciei em minha infância e hoje, como professora, vejo que muitas coisas aprendi com minha mãe, que foi minha primeira professora e minha alfabetizadora.

Sou do Vale do Ribeira, da região de Apiaí, a 320 km da capital paulista e a 50 km de Iporanga, município que abriga várias comunidades quilombolas.¹ Mesmo assim, quase nada sabia a respeito desses moradores. A primeira vez que tomei conhecimento dessas comunidades foi em um curso de capacitação para professores da rede estadual de ensino, da qual fazia parte. A professora Lígia dos Santos, trabalhava na Escola Nascimento Sátiro em Iporanga e comentou sua preocupação em dinamizar as aulas, despertar o interesse em seus alunos quilombolas, visto que eles, no meio do ano letivo, abandonavam a escola e quando a freqüentavam parecia que nada fazia sentido.

A partir desse momento procurei conhecer mais sobre a vida desses remanescentes de quilombos, sua história, como foram parar na região. Iniciei então a pesquisa, movida apenas pelo desejo de conhecer. O primeiro livro lido foi “Quilombos em São Paulo - Tradições, direitos e Lutas”, organizado pelo ITESP - Instituto de Terras de São Paulo (1997), que mostrava as iniciativas do Governo do Estado de São Paulo para o reconhecimento dessas comunidades e a titulação de seus territórios a partir da constituição Federal de 05 de outubro de 1988. Depois conheci o livro “Vale do Ribeira: a voz e a vez das comunidades negras”, de Mary Francisca do Careno (1997), no qual a autora apresenta e discute resultados obtidos de sua pesquisa mostrando aspectos históricos, sociais, culturais, antropológicos e lingüísticos da Língua Portuguesa, falada por comunidades negras e rurais brasileiras que ainda mantêm-se até o momento em estado de isolamento geográfico. A autora diz também haver um elevado índice de analfabetismo nas

comunidades remanescentes de quilombos dessa região. Depois tive contato com a dissertação de Renato Queiroz, “Caipiras negros do Vale do Ribeira”(1988), um estudo antropológico, principalmente em Ivaporunduva. Ele afirma haver 60% de analfabetos na região. Surgiram então alguns questionamentos e hipóteses: por que é elevado o índice de analfabetos, seria o fato de estarem localizadas em uma região distante, isolada e de difícil acesso? Não estudaram por falta de perspectiva em relação à escolarização como prática social? Há políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dessas comunidades e um currículo que contemple os negros e seus valores culturais? Como professora, pensei muito no papel da escola: o que ela realmente significa para eles? A vida deles depende da escola e dos conhecimentos transmitidos por ela? Partindo dessa perguntas, busquei, no mestrado, aprofundar meus estudos sobre as comunidades quilombolas.

Em princípio o objetivo era pesquisar o índice de analfabetismo nas comunidades quilombolas do Vale devido aos dados identificados por alguns autores já mencionados. Retornando às comunidades em 2007 e 2008, percebi que muitas coisas haviam mudado desde que lá estivera em 2005. Decidi focar-me no que a escola significa para os moradores mais velhos dessas comunidades e para seus filhos. Fiz um levantamento histórico da região do Vale do Ribeira onde se localizam as comunidades em estudo e como os escravos chegaram até lá. Preocupei-me, especialmente, com as histórias de Ivaporunduva, Nhunguara e Sapatú. Julguei necessário iniciar abordando, mesmo que de forma breve, o negro na sociedade brasileira, hoje, trazendo alguns aspectos econômicos e culturais.

Esta pesquisa tem como objetivos:

- Conhecer o significado da escola para os moradores das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira;
- Identificar as prováveis causas do analfabetismo e o nível de escolaridade dos moradores desses quilombos;
- Tornar conhecidas as comunidades da região do Vale, bem como seus costumes e seus bens culturais;
- Oferecer subsídios para estudos posteriores.

Constitui-se uma pesquisa bibliográfica e de campo, de cunho etnográfico por tentar

compreender um sistema de significados culturais das comunidades visitadas. Da mesma forma é no campo, em contato com os quilombolas que o problema tem sido constantemente (re)significado.

As comunidades escolhidas para o presente estudo foram: Ivaporunduva, a mais antiga comunidade do Vale; Nhunguara, a que possui a maior extensão territorial e Sapatú que abriga o maior número de famílias. Estas três comunidades correspondem a 10% das comunidades reconhecidas pelo Itesp (Instituto de Terras de São Paulo).

Os registros obtidos nas visitas, nos encontros com seus moradores, nas conversas e entrevistas e nos documentos ofereceram pistas para a construção de núcleos de análise.

- O negro e a discriminação racial;
- O negro e a escolaridade;
- Os negros, seus valores culturais e suas lutas.

Foram realizadas várias visitas às comunidades pesquisadas e entrevistadas pessoas de faixa etária variada, os nomes aqui citados são fictícios para preservar a identidade dos participantes da pesquisa.

Minha atenção está voltada para os discursos dos moradores a respeito de suas conquistas, suas lutas, quais as pistas que fornecem seus enunciados sobre a questão da discriminação e da escolaridade, objeto central desta pesquisa.

- 1- Povoação constituída de descendentes de escravos refugiados em comunidades isoladas. no meio do mato, denominadas de quilombos.

CAPÍTULO I

O NEGRO NA HISTÓRIA DO BRASIL

1.1 Sob o estigma da escravidão

Por tratar, nesta pesquisa, dos negros que vivem nos quilombos parecem-me necessárias algumas palavras sobre a escravidão, o tráfico de escravos, a formação dos quilombos no Brasil, os movimentos de resistência, as lutas, a questão da discriminação racial, seus valores culturais e a relação com as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.

A origem da escravidão humana perde-se no tempo e se oculta na poeira da história que envolve a própria vida do homem sobre a terra. Ela foi legitimada em todos os continentes pelo domínio do homem sobre o homem. Na história da humanidade, encontramos vários tipos de escravidão. As pessoas submetiam-se umas às outras, geralmente, por terem sido aprisionadas em guerras por disputas de territórios. Porém é importante ressaltar que a escravidão negra, imposta pelo homem branco, nas Américas, foi a mais perversa, sanguinária e duradoura da qual se tem notícia. Segundo Ventura (2003), a justificativa para a prática escravagista no período que vai do fim do século XV ao XIX, é fundamentalmente de caráter teológico, ou seja, religioso.

Embora o índio tenha sido um elemento importante para a formação da colônia, o negro logo o suplantou, sendo sua mão-de-obra considerada a principal base, sobre a qual se desenvolveu a sociedade colonial brasileira. Na fase inicial da lavoura canavieira ainda predominava o trabalho indígena. O indígena reagia de maneiras diversas como fugas, alcoolismo e homicídios como forma de reação contra a violência estabelecida pela escravidão. A maior utilização do negro como mão-de-obra escrava básica na economia colonial, deve-se principalmente ao tráfico negreiro. Para os portugueses o tráfico negreiro não era novidade, pois em meados do século XV, o comércio de escravos era regular em Portugal.

Costuma-se dizer que os negros vieram ao Brasil, isso não é verdade, foram trazidos, arrancados de suas terras. A viagem dos negros capturados na África, para o Brasil, era dramática. Durante a travessia aproximadamente 40% da carga humana falecia nos porões dos navios negreiros que podiam transportar de 300 a 500 "peças", nome dado aos infelizes que haviam perdido a liberdade. As mulheres e as crianças viajavam na coberta. Os homens eram vigiados constantemente e, a fim de evitar maior mortandade, seus aprisionadores os levavam

para a coberta para que respirassem ar puro e se banhassem: muitos vinham acorrentados ou algemados e alguns presos, dois a dois, pelo pescoço com uma dupla canga de madeira. Eram marcados nas costas, no peito ou nos braços, com ferro em brasa, como se fossem animais. Os traficantes obrigavam também os pobres negros a dançarem com a evidente intenção de livrá-los do torpor e da melancolia; mas o “banzo”, uma psicose depressiva, provocada pelo sofrimento e pela nostalgia, dizimava-os. Alguns se atiravam ao mar. No final da viagem, porém, havia sempre lucro.

Embarcavam geralmente os negros em Luanda (Angola), onde os portugueses já haviam organizado uma colônia, ou na contra costa, isto é, no lado oriental da África, em Moçambique. Eram comumente originários da Guiné do Congo e da Costa da Mina. Os portos principais de desembarque no Brasil eram a Bahia, o Rio de Janeiro e Pernambuco, daí seguindo os escravos para outras regiões do país.

Segundo Munanga(2003), podemos dividir os negros trazidos para o Brasil em três grupos:

- a. Sudaneses: Oriundos da Nigéria, do Daomei e da Costa do Ouro (iorubas, gêges e fanti ashantis).
- b. Guineanos Sudaneses Islanizados: Representados pelos grupos fula, mandinga e haussá.
- c. Bantos: Divididos em dois grandes grupos: angola-congoleses e moçambiques. Eram os mais numerosos.

Os Sudaneses caracterizavam-se, sobretudo, pela sua elevada estatura. Na Bahia chegaram muitos negros do grupo sudanês; os nagôs (iorubas) foram desde cedo preferidos. Eram os mais inteligentes e robustos e de melhor índole. Não sendo negros puros como os bantos, os Sudaneses apresentam uma cor negro azeitonada. Os bantos, mais atrasados que os Sudaneses influíram, contudo, em todos os aspectos de nossa vida por serem mais numerosos. Espalharam-se pelo Maranhão, Pará, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo. Concentravam-se nas zonas açucareiras do Nordeste e nas antigas zonas de mineração. No Rio de Janeiro, onde se situava a capital do País, havia também uma grande concentração de escravos e estes tendiam a aumentar, porque nos arredores da cidade começava-se a plantar café, um produto que viria a ser a grande riqueza do País. Nessas três áreas juntas viviam mais

de 85% dos escravos.

Possuir escravos era o ideal da grande maioria da população que, com raras exceções, não parecia ver alternativas para o problema da mão de obra. Não é, pois, de estranhar que, apesar das promessas de cessar o tráfico feito pelo governo brasileiro à Inglaterra por ocasião da Independência, este continuasse ininterrupto.

O trabalho dos negros nas fazendas e engenhos era árduo. Mal alimentado, sofrendo castigos, sem higiene, o negro escravizado teve sua resistência física muito diminuída. Foi à vista do sacrifício da raça negra, lavrando o solo ou explorando minérios que cresceu a civilização brasileira.

Ao fugirem dos engenhos, os negros organizavam-se em quilombos, redutos onde podiam se defender das investidas dos capitães do mato e restaurar seus costumes africanos violentados pela escravidão. A invasão dos holandeses dera aos negros dos engenhos nordestinos uma magnífica oportunidade de fuga e de liberdade; cresceram assim os quilombos à margem da guerra lusoflamenga. Os negros fugidos buscavam refúgio no meio da floresta, em lugares isolados e difícil acesso.

Os quilombos formavam comunidades independentes. A estacada que isolava os quilombos era construída de grossos toros de madeira. Desses redutos negros saíam patrulhas para atacar as povoações vizinhas, em busca de alimentos ou para concitar os escravos à fuga. A língua falada era uma mistura de vários dialetos africanos, impregnada de termos portugueses. A justiça era severa; punia-se com a morte o homicídio, o adultério, o roubo e a deserção. A religião era um sincretismo: santos e divindades africanas misturavam-se a crendices e superstições. Possuíam amplo serviço de espionagem nas localidades vizinhas.

Organizaram-se muitos quilombos em várias regiões do país. O regime da escravidão alterou profundamente as condições normais da vida cultural e social do negro africano. Os diversos negros que aqui chegaram Sudaneses, Guineanos Sudaneses Islamizados, Bantos, foram dispersos por diversas áreas e conseqüentemente sofreram ativos processos de miscigenação e aculturação. (RAMOS, 1956). O negro agiu na formação étnica, social e econômica do Brasil como um agente poderoso de transformação; sofreu, é claro, mais influências do que provocou, pois estava em posição de inferioridade em relação ao branco civilizado e dominador.

Relações ambíguas e contraditórias uniram senhores e escravos. A fuga de escravos não era algo novo. Desde os primórdios da escravidão, a fuga fora uma forma de protesto do escravo.

No século XIX a situação era outra; o abolicionismo deu uma nova dimensão à revolta do escravo. Deu a ele uma nova percepção de si mesmo, ao mesmo tempo em que criou uma opinião pública que lhe era favorável. Conferiu ao protesto do escravo uma dignidade jamais reconhecida, dando a seu gesto um significado político novo. Conheceu legitimidade à sua revolta e negou legitimidade ao sistema escravista. Tornou a escravidão um crime e absolveu o crime do escravo. Fez do senhor um algoz e do escravo, uma vítima.

Graças à campanha abolicionista foi possível aos escravos encontrarem juízes decididos a julgá-los com imparcialidade, advogados dispostos a defendê-los, uma população inclinada a encará-los com simpatia e a conferir-lhes proteção e apoio. Finalmente o abolicionismo forneceu aos escravos uma ideologia que, ao mesmo tempo em que justificava a revolta do escravo, condenava a repressão.

No entanto, não se pode esquecer, que a campanha abolicionista só foi possível porque as condições de produção tinham-se modificado no decorrer do século XIX, de forma a tornar o trabalho escravo cada vez mais irrelevante na escala nacional (sem que este continuasse essencial para muitos fazendeiros). Na medida em que conquistou a opinião pública e conseguiu pequenas vitórias no Parlamento, contribuiu para que o trabalho escravo se tornasse cada vez mais oneroso e a escravidão cada vez mais desmoralizada aos olhos da grande maioria da população. Foi então que a revolta dos escravos assumiu legitimidade.

No período de 1880, aproximadamente, instigados pelos abolicionistas, os escravos começaram a fugir cada vez em maior número das fazendas. Esse acontecimento foi significativo principalmente nas regiões cafeeiras paulistas, onde os abolicionistas eram mais ativos.

Escrever a história dos africanos e das formas pelas quais eles foram escravizados é também escrever a história do racismo, do ódio, do desprezo. Foram homens e mulheres arrancados de suas terras e abandonados ao confinamento, ao desprezo, miséria, à falta de alimento, higiene etc. Triste vida estava reservada aos africanos em um país que ajudaram a construir e desenvolver. Estudar a história dos negros é reconhecer a parte importante da

construção da identidade do povo brasileiro, em particular da população afro-descendente, através do qual, resgata-se uma dívida histórica, daqueles que contribuíram para o acúmulo da riqueza nacional, e no complexo multicultural que caracteriza e personaliza o povo brasileiro.

Até hoje as imagens atuais sobre a África, raramente são mostrados os vestígios de um palácio real, de um império, as imagens dos reis e ainda menos as de uma cidade moderna africana construída pelo ex-colonizador. As imagens exibidas mostram uma África dividida, e reduzida à miséria, calamidades, selva, fome, doenças etc, afirma Munanga (2003).

O Vale do Ribeira devido à sua localização geográfica apresentou-se como um lugar propício para a formação de comunidades quilombolas por possuir muitas montanhas e rios que entrecortam a região. O Vale foi palco dos principais momentos da formação histórica do Brasil. Segundo pesquisas de MIS(museu da Imagem e do Som), em 1980, supõe-se entre os anos de 1502 e 1510, alguns portugueses e alguns espanhóis, degredados ou naufragos, marcaram com sua presença um esboço de povoamento que se estendia desde São Vicente até os sítios das futuras povoações de Iguape e Cananéia, aos 12/08/1531, afirma Almeida, apud Carril(1998), já encontraram um pequeno núcleo de indivíduos, composto de cinco ou mais castelhanos. Martin Afonso de Souza interessou-se pelas riquezas da região levando-o a organizar Bandeiras. Em 1531, o rio Ribeira já era bastante conhecido como caminho natural para as entradas daquela época. Havia constantes contendas entre brancos e índios, D João III tinha intenção de obter ao máximo as riquezas do território conquistado.

A presença dos negros foi marcante nesse período, contribuíram grandemente no trabalho de mineração e extração do ouro.

Bastide (1954) assinala que a origem do tráfico negro em São Paulo ainda requer estudos aprofundados e, mesmo que se encontre o termo “negro” em documentos antigos de missionários, ele apresenta um sentido mais amplo que o que lhe damos: designava tanto o “tapuipiranga” ou “gentio da terra” como o “tapanhuno” ou “gentio de Guiné”.

O termo negro era usado tanto para os negros africanos como para os índios. Estes eram chamados de “negro”, “gente de forra”, “escravos”, pois se tratava de um meio de iludir a lei que proibia a escravidão do ameríndio. Fica difícil, portanto, determinar a data da vinda dos primeiros negros à região do Vale, diz Carril (1997). Provavelmente tenham entrado pelo porto de Iguape e levados pelos exploradores para trabalharem nas minas de extração de ouro por toda a região.

No Vale do Ribeira existem aproximadamente 51 comunidades quilombolas. As principais são: Ivaporunduva, Sapatu, Nhunguara, Pilões, Maria Rosa, São Pedro, Abobral, André Lopes Pedro Cubas, Galvão etc. Durante os séculos XVII e XIX, existiam na região do Vale, negros escravos trabalhando nas fazendas dos senhores. Com a abolição da escravatura, os antigos escravos também permaneceram na região, ocupando terras desvalorizadas com o fim da mineração ou formando comunidades em terras doadas pelos antigos senhores.

1.2 O negro na sociedade brasileira e a discriminação racial

O Brasil é um país multicultural. Conhecer e aprender sobre o Brasil é conhecer a história e a cultura dos vários povos que aqui se encontraram e contribuíram para a formação da identidade brasileira. Podemos definir o Brasil por suas características socioculturais, como um país com uma enorme diversidade de expressão cultural em termos religiosos, artísticos, culinários e lingüísticos. O negro foi a matriz do nosso processo civilizatório.

Refletir sobre a questão racial brasileira não é algo que deva interessar apenas às pessoas negras. É uma questão social, política e cultural, que deve interessar a toda a sociedade brasileira.

O discurso sobre o negro carrega, com freqüência, o discurso sobre o racismo – uma “ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos” (Programa Nacional de Direitos Humanos, 1998, p.12). Pode ser definido também como: A teoria ou idéia de que existe uma relação de causa e efeito entre as características físicas herdadas por uma pessoa e certos traços de sua personalidade, inteligência ou cultura. E, somados a isso, a noção de que certas raças são naturalmente inferiores ou superiores a outras (BEATO, 1998, p.1).

Para o professor Joel Rufino dos Santos racismo é:

A suposição de que há raças e, em seguida, a caracterização bio-genética de fenômenos puramente sociais e culturais. É também uma modalidade de dominação ou, antes, uma maneira de justificar a dominação de um grupo sobre o outro, inspirada nas diferenças fenotípicas da nossa espécie. Ignorância e interesses combinados, como se vê (SANTOS, 1990, p.12).

A palavra raça vem do italiano *razza*, que significa família, ou grupo de pessoas. Por outro lado a palavra *razza* vem do árabe *ras*, que quer dizer origem ou descendência. É impossível falar dos negros, sua trajetória, suas lutas pela sobrevivência, sua cultura, se não

falarmos do racismo que atinge principalmente os afro- descendentes brasileiros. O racismo é a tendência de pensamento, ou o modo de pensar em que se dá grande importância à noção da existência de raças humanas distintas ou superiores umas às outras. As raças que dividiam a humanidade sobrepõem-se à igualdade dos cidadãos. Segundo Carl Gustav Carus (apud Santos, 2006), a humanidade divide-se em povos do dia (caucasianos), do crepúsculo oriental (mongóis, malaios, hindus, turcos e eslavos), do crepúsculo ocidental (índios americanos) e povos da noite (africanos e australianos). Dentro dessa classificação encontram-se os negros, que eram considerados do “tipo inferior”, e isso poderia ser comprovado biologicamente, ou pelo tamanho do seu crânio ou pelo desenvolvimento de suas sociedades. O racismo foi inaugurado no século XIX, mas seus fundamentos foram lançados no século XIII, afirma Santos, (2006).

No século XIX, surge a idéia de que a natureza forja alguns indivíduos ao comando e outros à obediência. Falando da inferioridade da raça negra, o negro seria o mais primitivo na escala evolutiva e que a sociedade só é grande e brilhante se preservar o sangue do grupo nobre que a criou, desde que esse grupo pertença ao ramo mais ilustre da nossa espécie. O sangue negro deteriora o branco. Desde a antiguidade greco-romana existe uma imagem distorcida acerca da África, Terra de monstros, “uma porta para o inferno”. A cultura islamita também inferiorizava os negros, dizendo que eram sem razão, sem inteligência, viviam como bestas, sem regras e sem leis. A crença da existência de raças superiores e inferiores foi utilizada para justificar a escravidão.

A ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas raças que se confrontam pela primeira vez, tudo isso, mais as necessidades econômicas de exploração, predisuseram o espírito europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais. O negro torna-se, então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica (MUNANGA, 1986, p.9).

Hoje, em pleno século XXI, o racismo em nossa sociedade se dá de um modo sutil que se afirma através da sua própria negação. A sociedade brasileira nega a existência do racismo e do preconceito racial, mas as pesquisas apontam que, no cotidiano, nas relações de gênero, mercado de trabalho, na educação básica e na universidade, os negros ainda são discriminados e vivem uma profunda e desumana desigualdade racial. Essa desigualdade é fruto de uma estrutura racista, somada à exclusão social e a desigualdade socioeconômica que atingem a população brasileira, de uma maneira particular, o povo negro, ressalta Gomes (2005). Dados do IBGE, (Globo on

line de 17/11/2006) apontam ainda diferenças gritantes:

- Os negros possuem menos escolarização (7,1%), enquanto brancos (8,7%);
- Não freqüentaram a escola (6,7%), brancos (4,75);
- Negros com curso superior (8,2%), brancos (25,5%);
- Negros com carteira assinada (36,8%), brancos (59,7%);
- Negros em empresas (23,4%), apenas 13% ocupam cargos de chefia, 8,8% de gerência e 1,89% de executivos. A presença de mulheres negras é mínima. Das 6.016, mulheres em cargo de gerência, 372 são negras. Entre 339 mulheres que ocupam cargos executivos, três apenas são negras.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) revela que 59,5% dos brasileiros com idade entre 05 e 13 anos que trabalhavam em 2007 eram pretos ou pardos.

A ascensão social é praticamente impossível para a grande maioria da população negra que é oriunda de famílias pauperizadas e vítimas do racismo. O Brasil realmente não vive o mito da “democracia racial”, como alguns autores afirmam, ou como gostaríamos. O mito da democracia racial pode ser compreendido como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre esses grupos raciais uma situação de igualdade. Essa imagem de “paraíso racial”, forjada ideologicamente, foi reforçada de maneiras diversas e aceita pela população brasileira. O racismo existe e não surgiu de uma hora para a outra. Ele é fruto de um longo processo de amadurecimento, objetivando usar a mão-de-obra barata. Quando é que o racismo pode ser interpretado como discriminação, preconceito, segregação, estereótipo?

Preconceito é uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade, pode ser entendido como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos. Com base em estereótipos, as pessoas julgam as outras. Para Sant’Ana (2005), o preconceito é um fenômeno psicológico, reside apenas na esfera da consciência e/ou afetividade dos indivíduos e por si só não fere os direitos.

O que é discriminação? A palavra discriminar significa distinguir, diferenciar, discernir.

A discriminação racial pode ser considerada como prática do racismo e a efetivação do preconceito, enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças. A discriminação é adoção de práticas que os efetivam, diz Gomes (2005). Não dá para acreditar que no Brasil não exista racismo e discriminação. Percebemos essas práticas no dia-a-dia, no cotidiano, nas piadas de mau gosto, nas relações pessoais - onde há indiferença e descaso, no currículo escolar - que não contempla a verdadeira história dos africanos; na falta de oportunidade e desemprego que ainda escraviza muitos afro-descendentes, na dificuldade de acesso à escola e aos bens culturais e no trabalho infantil. O negro aparece hoje, na sociedade brasileira, duplamente excluído: racial e economicamente. O preconceito racial camuflado submete-o a uma posição subalterna na sociedade.

No Brasil há sim um racismo camuflado e disfarçado de democracia racial. Os negros sempre foram considerados como seres inferiores, juntamente com os mestiços, e indígenas, impedidos de ocuparem cargos de destaque e honra. Isso desde os tempos coloniais e que ainda hoje se repete. Para esta pesquisa foram estabelecidos alguns núcleos temáticos que norteassem as análises: o negro e a questão da discriminação racial; o negro, seus valores culturais e suas lutas e o negro e a questão da escolaridade. Dos depoimentos dos moradores foi possível captar pistas a respeito do modo como concebem sua história.

Os negros, mesmo não sendo escravos, sentem-se desvalorizados e em desvantagem em relação à população branca, e escravizados pelo sistema que não os favorece

Por que fazer leis para favorecer os negros, se todos são iguais? Somos discriminados pelo sistema que não favorece o pobre e há descaso por parte das autoridades competentes. Gostaríamos de ter mais recursos como acompanhamento técnico, orientações de como trabalhar a terra, sistemas de financiamento para desenvolvimento e produção das atividades econômicas. (Benedito Alves- líder de Ivaporunduva)

Tudo o que queremos é atenção dos governante nós como gente trabalhadora e honesta e temos o mesmo direito de todas as pessoas. Não quero que meus fios tenha uma vida dura como eu tive, só porque aqui tudo como negro? (D.Maria José, 60 anos-Ivaporunduva)

Nóis aqui se sente abandonado, porque trabaiamos a vida inteira e só conseguimos fazer pra comer. Nossos fio querem estuda mais a gente não pode as veis nem compra caderno. A vida aqui é dura, dona. (Francisco, 61 anos- Ivaporunduva)

Muita gente óia pra nóis como se a gente fosse bicho, nóis é preto sim, trabaiamos e muito, não robamo e nem matamo, só queremos ser igual a todos os outro, ser tratado com respeito. (Dona Espedita, 48 anos)

Eu já senti na pele ser negro, já fui chamado de macaco, quando tava procurando emprego na cidade. (Sebastião, 29 anos)

Nos tempos da escravidão, os quilombos representavam a liberdade, hoje são vistos como um refúgio, uma fuga do racismo e da discriminação. A situação do negro hoje não é diferente daquela de cem anos atrás, embora sua condição seja outra, não é mais escravo, ou seja, não é propriedade de outro, continua, porém, considerado ser inferior. O negro aparece duplamente excluído: racial e economicamente. O preconceito racial camuflado submete-o a uma posição subalterna na sociedade.

É duro às vezes quando as pessoas olham diferente, ou fazem cara feia, meio de nojo. Preferem dar emprego pra branco que pra negro. (Ana, 37 anos, Ivaporunduva)

Aqui na comunidade nóis somo feliz, todo mundo é igual, a gente ajuda o outro e os outro ajuda a gente também, tem muito respeito aqui, mais lá fora a coisa é bem diferente. Na época de eleição nóis é lembrado, mais muitos nem votam. (Clóvis, 34 anos, Sapatu)

Porque a primeira questão da comunidade negra é assumir a sua negritude. Para saber que ele é negro. Para ele não ter vergonha de ser negro. Esta é a primeira questão. Enquanto o negro não souber que é negro... ele é negro, mas à vezes não quer ser negro. Ele acha que é vergonhoso ser negro. Essa é a primeira questão. Enquanto o negro não assumir a sua verdadeira identidade, não adianta. (Benedito, líder de Ivaporunduva)

A abolição da Escravatura foi, na verdade, uma condenação perversa dos africanos e seus descendentes, pois implicou num futuro de humilhações, falsa cidadania e exclusão.

Tudo o que queremos é ser respeitados como gente de bem, somos trabalhadores e honestos, só somos de cor, mais somos iguais, nem estrada boa temo, parece que estamos esquecido aqui. (Pedro, 25 anos, Nhunguara)

A discriminação racial está estampada na humilhação diária, nas piadas, na rejeição, na falta de moradia, de educação, de emprego, na falta de perspectivas de vida, isso coloca o negro em condições de desigualdade e inferioridade.

Nóis mora tudo aqui nesse fim de mundo, mais queremos respeito, com nossas terra, melhor modo de viver, somos igual, não fazemos nada de ruim pra ninguém. (Maria das Dores, 53 anos, Ivaporunduva)

Por que aqui ninguém trata a gente diferente, porque nós aqui tem tudo a mesma cor, mais na cidade grande o preto é um coitado, ninguém liga, pensam que é ladrão. (Joaquim, 64 anos, Sapatu)

Apesar das dificuldades, de morar longe, de muitas veis não ter nada de bõo pra comer, de ter de trabaia o dia inteiro, fome nós não passa. Se for pra cidade onde é que nós vamo trabaia? Nem emprego tem pros branco que dirá pro negro? (Josefa, 48 anos, Nhunguara)

A história nos remete a um passado assombroso e sem sonhos, vemos o negro sofrendo terríveis humilhações e injustiças, trabalhando à força até a exaustão, sem direito e vontades. O que realmente mudou na vida dos afro-descendentes brasileiros? O número de negros bem sucedidos é mínimo. A maioria permanece em miséria quase absoluta e muitos ainda são vítimas de preconceito e discriminação racial.

Uma vez tava na cidade procurando emprego, todos o lugar que ia me olhavam estranho, aprecia que eu tava sujo, me senti humilhado. Por isso aqui a gente vive bem. (Antônio, 38 anos, Sapatu)

Na escola, o negro é enganado, há preconceito por parte dos colegas e às vezes até mesmo pela direção. O dinheiro melhora a vida e o estudo.

Hoje o negro está nos piores restaurante trabalhando e estudando nas piores escolas. (Luis Antônio, 39 anos, Nhunguara)

A gente não gosta de mora em outro lugar não, quem sabe nós não vamos ser bem tratado, como conta os que saíram daqui. (Valdemar, 53 anos, Nhunguara).

Após a abolição, os negros foram lançados à margem do mercado de trabalho e passaram de escravos a desempregados, ociosos e inferiores. A nossa cultura construiu o negro nessa condição submissa. Fica evidente na fala dos quilombolas essa sensação de abandono e inferioridade.

Nóis sabemos que o governo ta querendo ajudar os negro, mais nós continuamo do mesmo jeito, abandonado, largado aqui, trabaiano muito. Comida nós temo, graças a Deus. (Antônio, 51 anos, Ivaporunduva)

Já vi amigo meu ir pra cidade e ser discriminado pela cor e por ser pobre, pensaram que ele era bandido. As pessoas parecem que têm medo de preto?

Sentimos que somos abandonados, discriminados, na questão social somos um povo trabalhador, mas aos olhos das autoridades, somos sem valor, trabalhamos com muito sacrificio, temos problemas até para cortar o mato por ser Mata Atlântica, protegida por lei. Só queremos ter condições para trabalhar. Se fala por aí em proteger os negros, mas aqui a gente continua no mesmo abandono de sempre. (Antônio, 58 anos Sapatu).

Nós queremos ser respeitados, ter os mesmos direitos que os outros, lutamos por nossos direitos, e queremos ser ouvidos, precisamos de apoio para os nossos projetos, porque é preciso ficar brigando pra conseguir beneficios pra comunidade. Isso também cansa. (Marina, 27 anos, Nhunguara)

O negro não nasceu para se dar bem na vida, tudo é mais difícil pra nós.

Aqui no Brasil todo mundo fala que não tem preconceito, mais se tem um negro e um branco pro trabalho, não escolhem o negro, por quê?
(Márcio, 38 anos, Ivaporunduva)

O negro foi a matriz do nosso processo civilizatório. Dele herdamos muito de nossas tradições, mas essa imensa contribuição lhe é sonogada ou subestimada e ainda é considerado por muitos como um elemento exótico no contexto nacional, mas ele continua sentindo na pele e na alma a discriminação brutal.

1.3 Os negros, seus valores culturais e suas lutas

A Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, impôs um conjunto de conceitos e diretrizes objetivando a valorização e difusão das manifestações culturais, materiais e imateriais.

Artigo-215-O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§2º A Lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Teria os remanescentes das comunidades dos quilombos conquistado um reconhecimento étnico, no sentido de assegurar o desenvolvimento e divulgação de sua cultura? De fato a cultura africana fidedigna não se manteve, os negros acabaram assimilando a cultura do escravizador.

Apesar do longo e violento processo aculturativo, conseqüência do contato forçado entre sociedades, a cultura africana não foi destruída, mas persistiu, mesmo esfacelada. Pode-se notar isto pelo sincretismo, principalmente religioso, tão evidente quando se abordam os aspectos culturoológicos da questão (MARCONI e PRESOTTO, 2001, p.276).

Alguns traços significativos da África são ainda detectados no idioma, na culinária, nas

festividades, e nas religiões existentes no Brasil. Na visão de Marconi e Presotto (2001) estes traços são mesclados com elementos das demais etnias, como é o caso das comunidades estudadas nesta pesquisa. Algumas comunidades do Vale do Ribeira mantêm algumas festas tradicionais como: Recomendação das Almas, Terço Cantado, Mesada de Anjos, Festa do Divino, Dança de São Gonçalo, Fandango, além de várias festas de Santos, alguns padroeiros de comunidade, como é o caso da festa da nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, festa tradicional, reunindo todas as comunidades vizinhas.

Há também o famoso leilão, com prendas doadas pelos moradores aos festeiros, antigamente costumavam leiloar ovos, bananas, doces e verduras. Normalmente as prendas são bolos, frangos vivos e assados, leitão e outros. Há também comidas típicas desconhecidas fora da comunidade como a coruja e a taiada, (um doce feito com raspa de mandioca e melado de cana) produzem também o artesanato da fibra da bananeira, que reúne artesãs habilidosas que confeccionam tapetes, cortinas, bolsas, lembrancinhas em geral. Treinam a capoeira que é uma dança de origem africana que se fez presente desde a colônia. Hoje há um projeto desenvolvido pela UNICAMP (Universidade de Campinas), “Capoeira nas Comunidades Quilombolas”, contribuindo para o fortalecimento da cultura quilombola por meio dos grupos de capoeira. Este projeto iniciou em 2004 e contempla também a confecção de instrumentos musicais, bem como vestimentas para o grupo. Em algumas comunidades foi iniciada a atividade de “Contar histórias”, uma maneira de resgatar a tradição oral da cultura e história local.

Nós tentamos manter algumas tradições, queremos que os jovens aprendam e passem também para seus filhos, é preciso manter nossa cultura, ela faz parte da nossa história. (João Antônio, 51 anos, Nhunguara)

Queremos que as crianças tenham contato com as tradições de nossos antepassados, queremos que sintam orgulho de nossas tradições. (Maria, 34 anos, Ivaporunduva)

Quando falamos sobre a cultura africana, é impossível não mencionar a questão da religiosidade que foi um dos fatores marcantes na história dos negros. Mesmo sob condições desumanas, praticavam suas crenças religiosas. Para muitos, a religiosidade africana estava ligada às práticas de feitiçarias e magias, muitos religiosos mulçumanos consideravam as

religiões africanas como obra do diabo. Nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, a igreja Católica constitui um dos apoios, talvez o mais internalizado das comunidades negras dessa região. A presença dessa religião é bem antiga na região, mas andando por algumas comunidades vêem-se algumas igrejas evangélicas, e parecem que convivem sem problemas. Em Nhunguara, a predominância é de 90% de evangélicos e pentecostais.

É importante crer em Deus, não importa a religião, qualquer um que precisa nós ajudamos, é no mutirão, é quando morre alguém, aqui todo mundo ajuda todo mundo. (Mário, 37 anos, Sapatu)

No passado a evangelização do negro era responsabilidade diretamente dos senhores proprietários de escravos. A história mostra que muitos padres da Vila de Iguape possuíam escravos. Para os moradores, a religião exerce um papel importante em suas vidas.

Nós vamos pra igreja rezar, fazemos festas dos santos, é importante acreditar em Deus e viver em paz com os outros. (Antônio, 51 anos, Sapatu)

As irmãs de Jesus Bom Pastor - pastorinhas Ângela Biagioni e Maria Sueli Berlanga desenvolvem um trabalho de apoio às comunidades no que diz respeito à saúde, a manter a fé e o incentivo às lutas sociais.

Nós, enquanto irmãs de Jesus Bom Pastor, pastorinhas, cuja característica fundamental do nosso carisma é a participação da missa pastoral de Cristo, (Constituição das Congregações, artigo 5), assumimos o compromisso com esse povo na partilha do saber e das informações, de ajudá-los na formação das lideranças, fomentar o crescimento da consciência crítica e na organização contra todos os projetos de morte que possam ameaçar a vida tão frágil deste povo, para não negarmos o que está na Constituição da Congregação-artigo 15. Ao animar a igreja local na fé e na caridade, prestamos profunda atenção e respeito à cultura e à situação histórica do povo com qual caminhamos com uma ação enriquecida pela intuição, dedicação e alegria!

Refletir sobre a cultura negra é considerar as lógicas simbólicas historicamente

construídas por um grupo sociocultural específico, os descendentes africanos escravizados no Brasil. Para Gomes (2005), a cultura negra possibilita aos negros a construção de um “nós”, de uma história e de uma identidade. Diz respeito à consciência, à estética, à corporeidade, à musicalidade, à religiosidade, marcadas por um processo de africanidade e recriação cultural. Esse “nós”, segundo o autor, possibilita o posicionamento do negro diante do outro e destaca aspectos relevantes de sua história e de sua ancestralidade. Manter a cultura é manter viva a história de lutas, e isso é o que mais impressiona nas comunidades do Vale do Ribeira, esse senso de luta, de buscar melhorias para as comunidades, de fazer valer os direitos garantidos na Constituição. Constantemente buscam recursos no exterior, conseguem através de projetos, benefícios para toda a comunidade.

Quando queremos alguma coisa aprendemos a não depender de ninguém, vamos lutar lá em Brasília, tudo o que conseguimos hoje foi com muita luta, e graças a Deus somos respeitados. Em 1993 lançamos um filme sobre as comunidades, e foi lançado na Assembléia em São Paulo com o apoio de Mário Covas, antes havia apenas 40% das casas daqui tinham energia elétrica, hoje todos têm luz em casa, temos lutado por estradas melhores, conseguimos a certificação da banana orgânica, vendemos direto na CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), empresa oficial do Governo Federal, encarregada de gerir abastecimento, visando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, brigamos na Secretaria de Educação do Estado para a construção de uma escola em André Lopes, que fica em uma região centralizada e assim nossas crianças não precisam viajar pra longe pra estudar, trouxemos também o Secretário de justiça e a ministra do Meio Ambiente Marina Silva para conhecer nossas comunidades, conseguimos também uma balsa para fazer a travessia do rio e facilitar o transporte da banana. Com a ajuda da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz de Piracicaba), conseguimos desenvolver uma técnica para trabalhar a fibra da banana utilizando o caule da bananeira, hoje trinta artesãos fazem parte desse projeto. Recebemos

muito apoio do ISA - Instituto Socioambiental e do ITESP - Instituto de Terras de São Paulo. (Benedito Alves, líder de Ivaporunduva)

Para Marx, (1845), a essência do homem é o conjunto das relações sociais. O que distingue o homem dos animais é o fato de ele, num dado momento da história, começar a produzir seus próprios meios de existência, a vida concreta, real, determina a consciência. O senso de luta e determinação é despertado em cada menino, cada jovem das comunidades pesquisadas. Desde cedo sabem que a Constituição garante o direito da terra às comunidades quilombolas. Cultivam sua história e produzem seus próprios meios de existência.

As comunidades quilombolas do Vale desenvolvem o artesanato com a fibra da bananeira, em parceria com a ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz, da Universidade de São Paulo) e o ISA (Instituto Socioambiental), confeccionam bolsas, jogos para mesa, tapetes, cortinas, caminhos de mesa etc. A história do artesanato produzido pelos artesãos e artesãs, agora é tema de um livro “Artesanato do Quilombo de Ivaporunduva”, que foi lançado no Museu Afro Brasil, em São Paulo.

O artesanato é nossa fonte de renda, tudo o que vendemos, uma porcentagem vai para a associação e o restante para o artesão que fez o trabalho. Aqui to mundo trabalha unido. (Maria Eugênia, 48 anos, Sapatu)

O trabalho é coletivo e ensinamos essa arte para os mais novos pra que eles possam sobreviver, como a gente, além disso é muito gostoso produzir , ver o que a gente fez, dá prazer. (Antônia, 36 anos, Ivaporunduva)

Falando das lutas dos moradores dos quilombos do Vale do Ribeira, é importante ressaltar que as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira sofrem com mais uma ameaça; um projeto da CBA(Companhia Brasileira de Alumínio), do grupo de Votorantim que pretende construir quatro hidrelétricas no Rio Ribeira, inundando áreas de Mata Atlântica, cavernas e parte do território de várias comunidades quilombolas, destruindo todo patrimônio natural, histórico e cultural.

Em 1989, organizaram o MOAB (Movimento dos Ameaçados pela Barragem) e desde

então têm organizado protestos e manifestações para impedir a construção dessa barragem que, segundo os moradores da região, trará muito mais perdas que ganhos. Em março de 2008, os moradores da região e ativistas ambientais organizaram um protesto com aproximadamente mil manifestantes em frente à sede do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA). Os ribeirinhos protestaram contra o parecer favorável do órgão federal quanto à construção da barragem no rio Ribeira de Iguape, iniciando então a hidrelétrica de Tijuco Alto, encabeçada pelo grupo Votorantim.

A história do negro é uma história de lutas e resistências, ao longo de todos esses anos vêm lutando para conquistar um espaço que sempre foi seu na sociedade brasileira que ele ajudou a construir, tanto em seus aspectos econômicos, quanto culturais. “O negro vem se destacando cada vez mais no cenário nacional, resgatando valores até então esquecidos pela maioria da população brasileira. Temos que lutar para manter viva a nossa história”, diz Marcos, morador de uma das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. O senso de luta e resistência parece fazer parte do sangue do negro brasileiro, esse herói que tem resistido bravamente para manter viva sua cultura e sua história.

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

2.1 Educação formal: inclusão ou exclusão?

A preocupação com a alfabetização para todos, independente da classe social a que o indivíduo pertença, desde o século XIX, tem sido preconizada em diversos países, na forma de uma educação pública, universal e gratuita, ou então “educação para todos”. Mas afinal, quando uma pessoa é considerada alfabetizada? Quando é considerada analfabeta? Muitos consideram que o acesso à alfabetização e à educação continuada pode aparecer um passaporte para uma vida melhor. Gimeno Sacristán(2001) apóia-se na idéia que a educação ajuda a melhorar a qualidade de vida, a racionalidade, o desenvolvimento da sensibilidade, o decréscimo da agressividade etc. Sabemos, portanto que essa é a utopia que impregnou e impregna ainda hoje a educação escolar. A sociedade valoriza o indivíduo de acordo com se nível de escolarização. E os que não freqüentaram a escola perdem seu valor?

Freire (1981) afirma que as pessoas se educam na sua mediação com o mundo, que nem sempre é o escolar. Somos analfabetos em relação a muitos assuntos, por exemplo, a cultura de povos indígenas. Muitos dizem que a pessoa analfabeta é um ser humano incompleto, ignorante e ao tornar-se alfabetizado é mais livre que a pessoa analfabeta. Será que existe um nível de escolarização suficiente? Cada sociedade estabelece para si um nível de escolaridade suficiente para atender as suas necessidades culturais e econômicas. A alfabetização não deve jamais substituir as experiências de vida por palavras e conceitos.

Há alguns anos, as pessoas eram classificadas em alfabetizadas ou analfabetas, pela condição de saber, ou não, escrever o próprio nome, condição para que pudesse votar. Na década de 80, surgiu o termo “analfabetismo funcional” para designar as pessoas que, sabendo escrever o próprio nome e identificar letras, não sabiam fazer uso da leitura e escrita no seu cotidiano. Com menos de quatro anos de permanência na escola, era considerado analfabeto funcional. Mas observou-se que, mesmo dentre os que permaneciam por mais tempo na escola, alguns não eram

capazes de interagir e se apropriar da leitura e da escrita. Criou-se então o termo “letramento”, para designar esta nova condição.

O termo letramento com sentido que lhe é dado hoje, foi encontrado da versão para o Português da palavra da língua inglesa *literacy*.

Etimologicamente, a palavra *literacy* vem do latim *littera* (letra), com o sufixo – cy, que denota qualidade, condição, estado, fato de ser; ou seja: *literacy* é o estado ou a condição que assume aquele que aprende a ler e a escrever. Implícita nesse conceito está a idéia de que a escrita traz conseqüências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, lingüísticas, quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprenda a usá-la. Em outras palavras: do ponto de vista individual, o aprender a ler e escrever, alfabetizar-se, deixar de ser analfabeto, tornar-se alfabetizado, adquirir a “tecnologia” do ler e escrever e envolver-se nas práticas sociais de leitura e de escrita tem conseqüências sobre o indivíduo e altera seu estado ou condição em aspectos sociais, psíquicos, culturais, políticos, cognitivos, lingüísticos e até mesmo econômicos; do ponto de vista social, a introdução da escrita em um grupo até então ágrafo tem sobre esse grupo efeitos de natureza social, cultural, política, econômica, lingüística. O “estado” ou a “condição” que o indivíduo ou grupo social passam a ter, sob o impacto dessas mudanças, é que é designado por *literacy*.

A língua escrita é um objeto de uso social, com uma existência social (e não apenas escolar). Quando as crianças vivem em um ambiente urbano, encontram escritas por toda a parte (letreiros da rua, vasilhames comerciais, propagandas, anúncios da TV, etc...). No mundo circundante estão todas as letras, não em uma ordem pré-estabelecida, mas com a freqüência que cada uma delas tem na escrita da língua. (FERREIRO, 1985 p. 37).

Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e a escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como conseqüência de ter se apropriado da escrita. O analfabeto é aquele que não pode exercer em toda a sua plenitude os seus direitos de cidadão, é aquele que a sociedade marginaliza, é aquele que não tem acesso aos bens culturais de sociedades letradas e mais que isso, grafocêntricas; porque conhecemos bem, e há muito tempo, para esse “estado de analfabeto”, sempre nos foi necessária uma palavra para designá-lo a conhecida e corrente “analfabetismo”. Já o estado ou condição de quem sabe ler e escrever, isto é, o estado ou condição de quem responde adequadamente às intensas demandas

sociais pelo uso amplo e diferenciado da leitura e da escrita; esse fenômeno só recentemente se configurou como uma realidade em nosso contexto social. Antes, nosso problema era apenas o do “estado ou condição de analfabeto”. A enorme dimensão desse problema não nos permitia perceber esta outra realidade, o “estado ou condição de quem sabe ler e escrever”, e, por isso, o termo analfabetismo nos bastava.

Só recentemente esse oposto tornou-se necessário, porque só recentemente passamos a enfrentar esta nova realidade social em que não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente; daí o recente surgimento do termo letramento (vem se tornando de uso corrente, em detrimento ao termo alfabetismo).

Alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever. Já o letrado, o que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever. Mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e escrita. (SOARES, 1998, p.22)

Segundo Oliveira (1992), quando nos referimos ao analfabeto na sociedade letrada, isto é, a esse sujeito que vive no mundo urbano, escolarizado, industrializado e burocratizado e que não tem o domínio da palavra escrita, estamos nos referindo na verdade, a um grupo social extremamente homogêneo. É um grupo composto em sua maioria, por migrantes de zonas rurais, principalmente da região nordeste do país, trabalhadores em ocupações pouco qualificadas e com uma história descontínua e mal sucedida de passagem pela escola; seus pais também eram trabalhadores em ocupações braçais não qualificadas (principalmente lavoura) e com nível de instrução muito baixo (geralmente também analfabetos). A caracterização desse grupo cultural repete-se nas várias situações escolares e de pesquisa que lidam com esse personagem que designamos genericamente como “analfabeto”: ele tem um lugar social específico que vai combinar com sua incapacidade de utilizar o sistema simbólico da escrita.

Os adultos que chamamos de analfabetos, imersos no mundo letrado, vão sendo contaminados pelas informações desse mundo e acumulam conhecimentos sobre suas regras de funcionamento e sobre o próprio sistema de escrita.

Numa sociedade tão saturada de escrita como a grande cidade contemporânea, raramente

encontramos pessoas completamente analfabetas. Obviamente que, como consumidor da palavra escrita, o analfabeto está em desvantagem em relação àqueles indivíduos que, tendo passado por um processo regular de escolarização, dominam a lógica do mundo letrado. Mas ele sabe coisas sobre esse mundo, tem consciência de que não domina completamente o sistema de leitura e de escrita e está, ativamente, buscando estratégias pessoais para lidar com os desafios que enfrenta nas esferas da vida que exigem competências letradas.

A identidade de um membro do grupo cultural constituído pelos chamados analfabetos constrói-se, em grande parte, por uma negação: ele é não alfabetizado, não domina o sistema da escrita, não tem acesso a certos modos de funcionamento claramente presentes na sociedade em que vive. Sua situação é muito diferente da situação em que vive numa sociedade sem escrita, relativamente isolada do mundo letrado (um grupo tribal, por exemplo).

Um membro de uma sociedade sem escrita vive como os demais membros de seu grupo social e se insere numa cultura em que a ausência da escrita não é uma lacuna, mas é a parte integrante do modo de funcionamento predominante nessa cultura. Ser iletrado é uma característica que explica a pertinência do indivíduo a um grupo cultural sem escrita; ser analfabeto na sociedade letrada, por outro lado, é uma característica que indica a ausência, no nível individual, de uma competência presente e valorizada nessa sociedade.

As outras características desse grupo cultural tão homogêneo (posição subalterna na sociedade, baixa qualificação profissional, origem rural e falta de escolaridade) explicam a falta de oportunidade de acesso ao domínio da capacidade de leitura e escrita e, ao mesmo tempo, combinam-se com o não domínio da escrita para definir a situação do analfabeto como a de um indivíduo com lacunas na sua constituição como membro de uma cultura letrada. Muitos afirmam a necessidade da escola, pois ela transmite conhecimentos importantes e básicos para o convívio social e para o mercado de trabalho. No contexto atual tudo se volta para a lógica do capital, ou seja, as mudanças são implementadas em função da dimensão financeira da globalização. A lógica do capital que conduz a sociedade tem trazido muita insegurança às populações excluídas. Dentro desse contexto de exclusão está a população negra brasileira.

2.2 A escola e o negro

Para entender a situação do negro hoje na sociedade brasileira, é necessário buscar na história da educação elementos que mostrem por que os negros foram excluídos do processo educacional formal e por que isso aconteceu. A história da educação brasileira tem demonstrado dupla função: veículo de ascensão social, mas também de discriminação. Desde o início da colonização a educação brasileira apresenta uma gestão problemática e discriminatória. A população escrava era impedida de freqüentar as aulas. O relatório de 1855, o Inspetor Geral da Instrução Pública de São Paulo, escreve.

Suscitou-se dúvida si erão admitidos à matrícula os escravos, ou indivíduos sobre cuja liberdade não havia certeza. Visto que as famílias repugnarião mandar às escholâs públicas seus filhos si essa qualidade de alumnos fosse aceita, e attendendo aos perigos de derramar a instrução pela classe escrava, ordenei que não fossem recebidos nos estabelecimentos de instrução publica senão os meninos, que os Professores reconhecessem como livres, ou que provassem essa qualidade. (Relatório do Inspetor Geral da Instrução pública da Província de São Paulo, 1858, p.48 sic).

A população escrava era impedida de freqüentar a escola formal, que era restrita, por lei, aos cidadãos brasileiros. A Legislação (art.6, item 1 da constituição de 1824) coibia o ingresso da população negra e escrava, que era em larga escala africana de nascimento. Em 1854, a Reforma de Couto Ferraz (decreto 1.331^a de 17 de fevereiro de 1854), instituiria a obrigatoriedade da escola primária para crianças maiores de 07 e gratuidade das escolas primárias e secundárias da corte. Mas há um detalhe importante que comprova a ideologia da interdição. Não deveriam ser admitidas nas escolas públicas crianças com moléstias contagiosas e nem escravas. Essa reforma previa a exclusão dos negros escravos. Era difícil nessa sociedade escravocrata adquirir algum tipo de instrução, mesmo que fossem apenas técnicas elementares de escrita e leitura, complementam (SILVA e ARAÚJO, 2005).

A resistência negra se manifestava e, conscientes de suas limitações, organizavam-se e formavam sociedades secretas, desafiavam os senhores hostis que queriam isolá-los uns dos outros. Dedicavam-se às religiões africanas com fidelidade, aprendiam ler, escrever, calcular, muitos aprendiam idiomas estrangeiros além do português (idem).

Os autores levantam algumas hipóteses sobre a alfabetização destes negros.

A primeira hipótese, é que provavelmente uma pequena porcentagem de ex-escravos foi protegida por senhores e receberam então a educação escolar formal. Outra hipótese diz respeito à educação informal, que poderia acontecer tanto no meio rural como no meio urbano por meio da observação silenciosa das aulas das sinhás-moças ou da instrução religiosa dos padres. Outra hipótese que deve ser considerada é a da contratação de professores particulares por senhores que esperavam lucrar com escravos alfabetizados. Observando as reformas educacionais dos séculos XIX, deduz-se que a população negra teve presença sistematicamente negada na escola.

As primeiras oportunidades concretas de educação escolar e a ascensão da população negra surgem no Estado Republicano, quando o desenvolvimento industrial dos anos finais do século XIX impulsiona o ensino popular e o ensino profissionalizante. Essas escolas propiciaram escolarização profissional superior de uma pequena parcela da população negra. Pretos e pardos que obtiveram sucesso nesta direção formavam uma classe social e intelectualizada que foram úteis no surgimento dos movimentos negros. Esses movimentos reivindicavam igualdade de direitos e uma educação que propiciasse aos negros recém-egressos do cativeiro, a participação nos eventos culturais, sociais, políticos e econômicos em curso. O maior e mais amplo movimento negro paulista foi a Frente Negra Brasileira (FNB), que organizou uma escola para atender aos negros marginalizados e excluídos do acesso ao saber. Barros (2005) cita um trecho do artigo “O alfinete”, produzido pela imprensa negra em 1919, o qual mostrava a preocupação com o analfabetismo que era comum entre os negros daquela época.

Nós precisamos unir-nos, porque é da união que nasce a força. Empunhando o nosso estandarte em prol d’um ideal elevado, como seja: o combate ao Analfabetismo, essa praga que nos fazem mais escravos do que quando o Brasil era uma feitoria; é que não recuamos perante os ataques e zombaria dos pessimistas e dos que vivem somente para lançar a desarmonia no seio da nossa classe. (O alfinete, São Paulo, 9 de março de 1919, p.1 apud Barros, 2005, sic.)

Os negros desejavam a escola. Viam-na como meio de buscar ascensão social e valorização pessoal. Sabe-se que o acesso à escola era o elemento de manutenção do poder entre a camada branca da população. A escola não era legalmente proibida aos negros, mas sua presença era vedada através de mecanismos sutis de discriminação. O acesso às letras era o elemento que diferenciava brancos e negros, superiores e inferiores. A abolição da escravatura no Brasil não livrou os ex-escravos e/ou afro-brasileiros da discriminação racial e suas

conseqüências nefastas desta, como a exclusão social e a miséria. Os negros perceberam que precisavam continuar lutando para adquirirem a verdadeira liberdade. A valorização da educação formal foi uma das várias técnicas sociais empregadas pelos negros para ascender socialmente. A escola passou a ser vista pelos negros como “bem supremo”, era definida socialmente como um veículo de ascensão social, afirma o sociólogo Florestan Fernandes (1978).

Bourdieu (1998) diz que a escola é responsável pela perpetuação das desigualdades sociais. O autor afirma ainda que muitos entendem o sistema escolar como fator de mobilidade social, porém há um mecanismo de eliminação que age durante todo o *cursus*. Para ele a educação escolar, uma das formas do capital cultural, é um dos recursos tão útil quanto o capital econômico na determinação e reprodução das posições sociais.

O negro deve educar-se para subir socialmente? A quem a escola interessa realmente?

A história da população negra no Brasil é uma história de resistências e lutas. Resistências organizadas por diversos grupos, organizações e movimentos políticos, culturais negros, mas principalmente resistências dos negros nas relações cotidianas. E hoje, podemos dizer que os negros estão inseridos nas propostas educacionais e políticas públicas?

Sabe-se que o Brasil é um país pluricultural e a escola é o espaço onde se dá o encontro dessa diversidade cultural. Grande responsabilidade recai sobre os educadores que estão em contato com essa diversidade que por vezes tem levado às diferenças. O exercício da ética deveria ser o foco da reflexão dos educadores que muitas vezes se escondem atrás de um falso discurso sobre a autonomia no que diz respeito à discriminação dos alunos, seja do ponto de vista social, racial, de gênero, de opção sexual, ou qualquer outro. “Os educadores não podem continuar se escondendo atrás de um currículo escolar que silencia, impõe estereótipos e lida de maneira desigual, preconceituosa e discriminatória com as diferenças presentes na escola”, diz Gomes (2006, p.10).

Para compreender a complexa trama entre diversidade cultural e currículo, é preciso enfrentar o debate sobre as desigualdades sociais e raciais em nosso país. É preciso entender que a pobreza atinge uma grande parcela da população, mas ao fazermos um recorte étnico-racial, vemos que as pessoas negras e pobres enfrentam problemas maiores, elas são duplamente excluídas. “O currículo deve ajudar na construção de práticas efetivas e democráticas, que

transformem a trajetória escolar dos alunos negros e brancos em oportunidade ímpar de vivência, aprendizado, aceitação, reconhecimento e respeito às diferenças”, complementa (GOMES, 2005, p.11).

O currículo deve contemplar a história e a especificidade do povo negro, juntamente com outros segmentos étnico-raciais. O currículo nas escolas brasileiras não contempla o negro, sua história e sua contribuição para a formação cultural e econômica do povo brasileiro. Diante de educação eurocêntrica, como garantir uma educação de qualidade para todos, respeitando a diversidade? Como construir práticas curriculares que contemplem de forma ética a diversidade, sem folclorizá-la ou omiti-la e que, ao mesmo tempo não se silencie sobre a mesma? A verdade é que parece existir a pedagogia da homogeneidade que se esconde atrás do discurso da igualdade. Qual igualdade? É a igualdade sendo usada como sinônimo de homogeneidade? Quando falamos em igualdade levamos em conta a diversidade? Gomes (2003), afirma ainda que o discurso da igualdade que se perpetua no campo educacional não possibilita a aceitação do diverso, pois está apoiada numa visão etnocêntrica do homem.

Oliveira e Abramowicz (2005), dizem que a escola tem uma base conservadora e excludente, pois se pauta em um modelo de currículo denominado pelas autoras como “embranquecido”, homogeneizante, excludente, diante da ausência de conteúdos que ignoram a presença dos alunos negros, diante até mesmo do silêncio da equipe pedagógica em relação às questões raciais. Este silêncio pode ser entendido como a maneira de omitir, de abafar, de relegar, quem sabe do medo de ter que refazer o currículo, refazer a escola.

O discurso “Educação para todos”, dá essa idéia de homogeneidade, um apelo para que o mesmo tratamento seja dispensado a todos. Parece que essas declarações universais vêm esmagando a diversidade existente, principalmente na sociedade brasileira.

Segundo Lancillotti (2000), uma das respostas para fazer frente à condição de exclusão é o discurso da inclusão,

A partir da justificativa de que a exclusão é “cultural”, muitas ações vêm sendo implementadas contra o preconceito, e ganha destaque o discurso da diversidade cultural, pautado no “direito de cidadania”, segundo o qual, independentemente de idade, gênero, raça, opção sexual ou de portar uma deficiência etc..., todos os homens devem ser vistos pela ótica da igualdade e merecem ser alvo de preocupação e ações diversas, seja por parte do poder público ou de iniciativa privada. Se por um lado este movimento parece responder a necessidades que

são genuínas e que de muito vêm sendo reclamadas desde os movimentos sociais, por outro não permitem apreender que dentro deste modo de organização social, estas ações são iníquas, até porque as diferenças são justificadas pela lógica do sistema. (LANCILLOTTI, 2000, p.94).

Nesse processo de sociedade produtora de mercadorias, também não podem ser menosprezadas eventuais estratégias que transformem medidas de discriminação positiva no campo educacional em sobrecarga de manifestações racistas.

Visto que o movimento da história é produzido na luta entre concepções de mundo antagônicas e que as críticas ao programa de ajuste estrutural partem de movimentos sociais, organizações não governamentais, como também dos próprios governos, impondo rearranjos na trajetória original planejada, vale iluminar esse debate com a contribuição de Samira Lancillotti (2000), parafraseando-a: pode ser considerado um avanço a incorporação dos negros pela escola regular em todos os níveis.

Como expressão das contradições sociais existentes, é no âmbito da educação formal que se devem buscar condições de acesso de todos ao conhecimento. Programas e ações governamentais com o objetivo de melhorar a qualidade do Ensino em todo o país estão sendo desenvolvidas. Quais são realmente os objetivos dessas ações ditas afirmativas e de reparação?

2.3 O negro e as políticas públicas de ações afirmativas

Ações afirmativas são formas de políticas públicas que objetivam transcender as ações do Estado na promoção do bem-estar e da cidadania para garantir igualdade de oportunidades e tratamento entre as pessoas. No Brasil essas políticas vêm sendo grandemente discutidas. Em 1995 aconteceu o marco dessa luta por ações afirmativas, que foi a Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo pela cidadania e a vida. Foi uma homenagem aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares. Esse acontecimento foi um marco para a luta contra o racismo e por ações afirmativas. Em 1996 foi organizado pelo Ministério da Justiça, o Seminário Internacional “Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados Democráticos contemporâneos”, cujo objetivo era recolher subsídios para a formulação e organização de políticas públicas para a população negra.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, lançados em 1997, enfatizam a questão da pluralidade cultural, oferecendo informações que contribuam para a formação de novas

mentalidades voltadas para a superação de toda forma de discriminação e exclusão. Somente em 2001, após a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, que começaram a surgir no Brasil as primeiras políticas concretas de ação afirmativa. Das primeiras medidas implementadas, podemos citar a Política de Cotas para estudantes de escolas públicas e para negros na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade do Norte Fluminense(UENF), a primeira experiência de cotas para os negros em universidades públicas no Brasil. A criação do sistema de cotas é um assunto que gera muita polêmica. Alguns afirmam que todos são iguais e, portanto não precisam de leis para favorecer um determinado grupo de pessoas.

Há aqueles que concordam; que vêem nas cotas uma forma de reparação, de dar oportunidade àqueles de quem foram tirados o direito de ascender socialmente através da educação formal. Outros, porém, acreditam como Durham (2003), que a acesso diferenciado para os negros desvaloriza o estudo e a formação intelectual em geral, uma vez que aqueles que adentram no espaço universitário são portadores de habilidades e competências adquiridas pela boa formação, não foram selecionados com base em processos discriminatórios. Portanto a universidade não pode ser vista como lugar da compensação e da reparação social.

Silvério (2003) diz que as metas das cotas não é racializar a sociedade ou a universidade, mas pode dar início ao processo de desracialização das elites, podendo promover a construção de uma democracia em que a presença de grupos étnico-raciais não tenha a menor relevância para a convivência social harmoniosa. Munanga (2003) acrescenta que as chamadas políticas de ação afirmativas são recentes na história da ideologia anti-racista.

Há, porém aqueles que acreditam que está na hora do Brasil pagar a dívida para com os negros que tanto contribuíram para a formação econômica e cultural do nosso país. A partir de 2003, com a posse do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, o debate sobre as ações afirmativas ganhou mais destaque.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de Dezembro de 1996 igualam todos perante a lei. O que realmente acontece no cotidiano de nossas vidas no interior das unidades escolares? A Lei 10.678 de 23 de maio de 2003 cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial da Presidência da República que instituiu alguns órgãos que tentam equacionar ou até superar os problemas sociais. E dentro

desses propósitos estão as Ações Afirmativas, Uniafro, Afroatitudo e Prouni, mas faltam recursos necessários para o efetivo desenvolvimento desses programas que venham atender as necessidades que combatam de maneira efetiva o racismo, o preconceito e a exclusão social. Muito pouco tem sido feito em relação à educação dos negros. A Lei 10.639 de janeiro de 2003, altera a Lei 9.394 de dezembro de 1996 e estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana. Algumas políticas de ação afirmativa foram implantadas na intenção de reparar os danos causados pela escravidão, estigma que acompanha os negros até hoje.

Foi sancionada a Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da história africana em todos os estabelecimentos de ensino do país; públicos e privados. Nesse mesmo ano foi criado um órgão federal específico para a promoção da igualdade racial, a Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial, a SEPPIR. Uma das características importantes das ações afirmativas é que são políticas focalizadas nos grupos sociais discriminados. São de caráter específico e não universalista.

Estas políticas de ações afirmativas irão realmente inserir o negro no contexto educacional brasileiro, ou irão ajudar a perpetuar o fantasma da exclusão?

Falando das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, em especial a escola Maria Antônia Chules Princesa, da comunidade de André Lopes, a única escola quilombola do Estado de São Paulo, localiza-se em André Lopes, quilombo localizado à margem da rodovia que liga as cidades de Iporanga a Eldorado Paulista. É um quilombo centralizado e de fácil acesso. O currículo é diferenciado para atender aos quilombolas dessa região? A Lei 10.639/03 tem feito a diferença no currículo para esta escola? Como esta Lei está sendo aplicada no contexto da escola quilombola Maria Antônia Chules Princesa? Segundo a Vice- diretora Roseli Dias da Silva, não há propostas diferenciadas de ensino para esta escola quilombola, nada que contemple o negro e sua história.

Ela contou-nos ainda que os professores, de forma esporádica, tentam fazer um resgate histórico das comunidades quilombolas da região, mas nem sempre isso acontece. A Lei 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. Além disso, buscou-se atender as disposições expressas no Parecer 003/2004, do Conselho Nacional de

Educação, que traça diretrizes para uma política curricular, objetivando o combate ao racismo e às discriminações. Isso ainda não é realidade nas escolas brasileiras e também não acontece na escola quilombola de André Lopes.

Alguns projetos acontecem somente na semana da Consciência Negra. A vice-diretora, Roseli relatou que no ano de 2007, as lideranças de alguns quilombos trouxeram pessoas importantes, artistas famosos, dentre eles, Martinho da Vila, Sandra de Sá, Netinho, Leci Brandão, que realizaram um show na cidade de Eldorado paulista para todos os moradores dos quilombos da região. Quando falam sobre isso, sentem-se felizes e orgulhosos. “É muito bom saber que existem negros importantes, famosos e podem estar aqui com a gente assim parecemos todos iguais, lutando por um mundo mais justo, sem discriminação e racismo”, afirma Olavo, morador de Sapatu.

Conversando ainda com a Roseli, ela contou que em 2007 os professores e todas as pessoas envolvidas com a educação nos quilombos, participaram de um Congresso “Educação Quilombola”, realizada na Unicamp (Universidade de Campinas). Esse evento contou com a participação de negros famosos, professores e alguns alunos quilombolas. “Pena que não haja um projeto pedagógico diferenciado voltado especialmente para a educação quilombola”, pensamos que tudo seria diferente, que iriam mudar o currículo, que atenderia melhor às necessidades de nossos alunos quilombolas.

A situação tornou-se mais complicada este ano (2008), com as novas medidas estabelecida pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, unificando o ensino em todo o estado, independente da realidade das regiões paulistas. O material já vem pronto, há um programa que deve ser seguido pelos professores, fiscalizado pelos diretores e supervisores de ensino. É necessário cumprir as propostas colocadas neste material, pois os alunos serão avaliados e, segundo a Secretaria de Educação do Estado, o SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), irá mostrar o nível de conhecimento dos alunos do Estado de São Paulo.

Parece que há um descompasso: no ano de 2006, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo em parceria com a UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), desenvolveu um projeto para toda a rede estadual de ensino, “São Paulo: Educando pela Diferença para a Igualdade”, incentivando e preparando os professores para valorizarem a diversidade cultural

existente no espaço escolar. Foram promovidos muitos cursos no decorrer do ano, elaborados projetos interdisciplinares visando a integração de todas as áreas e a valorização da cultura africana em todo o estado de São Paulo. Parecia que uma nova realidade estava despontando, o currículo tinha a pretensão de contemplar o negro, valorizar sua cultura e resgatar sua história. O discurso era este:

Fica evidente que o desafio de nosso tempo é, precisamente, educar para uma vida democrática que tenha como valores basilares o reconhecimento do outro, o respeito às diferenças e a permanente construção da autonomia. É diante desse desafio, só contestável por aqueles/as que não o querem enfrentar que se pode contextualizar o debate sobre o currículo que tenha como princípio norteador a rica diversidade cultural de nossa formação social (ABRAMOWICZ, SILVÉRIO, BARBOSA, 2006).

O que aconteceu com o discurso apresentado há dois anos? Como professores, podemos suportar ver crianças negras tendo um desempenho pior que as outras crianças? Como educadores, podemos tolerar atitudes discriminatórias vindas de todos os lados? Podemos ainda aturar as indiferenças existentes no espaço escolar, como se o negro fosse apenas um elemento exótico que fez parte de um passado?

Se queremos que a escola se efetive como direito social, precisamos garantir igualdade de oportunidades, de acesso ao conhecimento, de valorização da cultura e dos saberes sociais a toda comunidade escolar. A cultura negra é uma delas. A diversidade étnica e racial e as diferentes formas como ela tem sido trabalhada. (GOMES, 2005, p.16).

A realidade da nova política estabelecida pela secretaria de Educação do Estado, é outra. É uma política centralizadora, antidemocrática, baseada em dados numéricos, colocando os professores em uma função de apenas meros transmissores dos conteúdos pré-estabelecidos e que poderão ver melhorados seus salários, caso os resultados sejam satisfatórios. Pergunto: satisfatório para quem?

A escola continua excludente, não permitindo aos alunos negros se reconhecerem a partir de suas diferenças, de sua particularidade cultural. Os professores desempenham um papel muito importante na formação de seus alunos, mas muitas vezes sentem-se despreparados para lidar com a diversidade cultural existente nas escolas brasileiras.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam o tema Pluralidade Cultural e consideram que a pluralidade cultural existente no Brasil é fruto de um longo processo histórico de inserção entre os aspectos políticos e econômicos, tanto no plano nacional como internacional.

Mas como a temática pluralidade cultural é desenvolvida na escola? Qual é o tratamento dado às diferenças culturais e raciais? De que forma a perspectiva multicultural se efetiva no currículo escolar? É evidente e necessário repensar a estrutura curricular, incluir o estudo das africanidades como forma de compreender a vida, a história, as influências, o mundo, o trabalho dos africanos e seus descendentes no Brasil.

Apesar do esforço e da conquista feita pelos quilombolas do Vale do Ribeira, a escola quilombola de André Lopes obedece a esta política, bem como as demais escolas do estado de São Paulo. A proposta da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo não deixa espaço para as expressões culturais, para a elaboração de projetos que contemplem a cultura dos afro-descendentes brasileiros, incluindo aqui os quilombolas do Vale do Ribeira. Quando é mencionada alguma questão sobre os negros, o material aborda o assunto de maneira superficial e desvinculada da realidade nas escolas.

Após essa breve apresentação, chego, mais diretamente, ao *lôcus* da pesquisa, ou seja, apresento o Vale da Ribeira onde estão localizadas as três comunidades que são objeto deste estudo.

CAPÍTULO III

CONHECENDO O VALE DO RIBEIRA

Chego agora ao lócus da pesquisa, ou seja, apresento a região do Vale do Ribeira onde estão localizadas as três comunidades que são objeto deste estudo.

Os quilombos foram redutos incrustados no meio do mato e em lugares propositalmente de difícil acesso, criados pelos negros fugidos e cansados de tanta intolerância e maus tratos. Representava a liberdade e o sonho de uma vida melhor e feliz. Por suas regiões montanhosas e cortadas pelo rio, o Vale do Ribeira apresentou-se como um lugar propício para a formação de quilombos. O Vale do Ribeira localiza-se no extremo sul do estado de São Paulo. Região acidentada, com altas montanhas e várzeas, uma área de 17.264 km² em uma população regional estimada em 329.285 habitantes, distribuída em vinte e três municípios, incluindo os portos de Iguape e Cananéia. A região, por suas belezas naturais e por seus aspectos humanos, tornou-se bem caracterizada e definida dentro do território de São Paulo.

Encontram-se cerca de 170 cavernas calcárias, além de sítios arqueológicos e sítios tombados pelo CONDEPHAT, (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Turístico) como a capela de Ivaoporunduva e o Núcleo Histórico de Iporanga (tombado em 1980). Privilegiado pela sua localização no coração do maior remanescente contínuo de Mata Atlântica Paulista, o Vale do Ribeira é uma região onde a diversidade biológica e de ecossistemas proporciona uma sucessão de cenários surpreendentes.

Em meio a uma vegetação exuberante e diversificada, habitam cerca de 400 espécies de aves, 183 de anfíbios, 146 répteis e 131 mamíferos. Essa riqueza natural transformou o Vale do Ribeira no paraíso de ecoturistas que encontram ali uma infinidade de rios, cachoeiras, cavernas, corredeiras, estuários, manguezais, dunas, montanhas e praias. O Vale do Ribeira é uma área remanescente de Mata Atlântica, preservada por lei o que impede praticamente a ampliação de terras destinadas para a agricultura e a pecuária.

A região já teve seus momentos áureos na economia. A exploração do ouro, no século XVII, principalmente, caracterizou a situação econômica da região. Foi um palco de lutas para a conquista do ouro que era abundante na região. Foi criada a primeira Casa de Oficina Real de Fundação de Ouro do Brasil em Iguape, no ano de 1635. O ouro era transportado para essa casa e

fabricadas barras de ouro que eram mandadas para o tesouro real da Fazenda. As atividades de extração, no entanto declinaram a partir do final do século XVII e, quando houve a descoberta de minas de ouro nos sertões de Cataguases, Minas Gerais.

A cultura de arroz apresentou-se como alternativa à decadência da mineração. No início do século XIX, tinha se tornado o principal produto de exportação da região. Os escravos continuaram sendo a principal mão-de-obra utilizada nas plantações de arroz. A banana sempre foi uma cultura natural da região e apresentou-se como uma nova opção de sobrevivência. O chá também foi uma alternativa de sobrevivência. De 1835 a 1845, 60% do chá produzido no Brasil era oriundo de Registro. Esta região ainda encontra, no século XIX, uma nova vocação que vai garantir sua integração, ainda que parcial, à economia mercantil escravocrata em vigor: desenvolve o cultivo do arroz. Os mangues, os charcos, as várzeas e os brejos eram propícios ao cultivo desse produto e no século XIX, Iguape se transforma no primeiro produtor de arroz do Brasil, tornando-se conhecido até no exterior como sendo o de melhor qualidade.

Para se ter uma idéia da importância desse cultivo, por volta de 1836, dos 119 engenhos existentes na Província de São Paulo, 100 localizavam-se no Vale, correspondendo a 84%. (MULLER, 1980). Com a exportação do arroz, evidencia-se cada vez mais a necessidade de desenvolvimento de meios de transporte para o escoamento mais rápido da produção, assim como a produção dos veículos para transporte. O Vale aproveitou os meios de comunicação que a natureza lhe proporcionou, os rios. Desenvolve-se a indústria de construção naval na região. Cresce em Cananéia e em Iguape o número de estaleiros que constroem embarcações necessárias ao transporte do arroz.

Um jornal descreve assim o Vale nesse período.

Nas últimas décadas do século passado (XIX) e nos primórdios do século presente, tivemos ensejo de viajar periodicamente naquela zona e observar o surto de progresso que então ali reinava. O cultivo do arroz, do feijão, do milho, da mandioca e de outros cereais era abundante. O arroz o afamado “arroz de Iguape”, procurado em todos os centros consumidores, exportava-se, daquele porto, para Santos e rio de Janeiro, em grande escala, pelos vapores do Loide Brasileiro e outros navios mercantes que ali aportavam, seguidamente, quando em viagem para o sul e para o norte (O VALE DO RIBEIRA. A GAZETA, 1975).

A bananicultura impulsionou também de maneira significativa o reerguimento econômico do Vale do Ribeira. A banana sempre foi uma cultura natural da região, dada às condições

climáticas e graças a um solo propício a seu desenvolvimento. Assim como aconteceu com a produção do chá, arroz, os pequenos produtores começaram a perder espaço para os de grande porte porque dependiam dos intermediários, que eram donos dos meios de transportes e não tinham condições de introduzir novos meios para melhorar a produção.

Alem disso, a falta de boas estradas para o escoamento da produção, falta de assistência médica à população e as grandes enchentes do Rio Ribeira provocaram caos econômico da região. Hoje o Vale é considerado a região mais pobre do estado de São Paulo, com uma economia estagnada e precária. Seus moradores vivem do cultivo de bananas, plantam milho, feijão, mandioca, arroz, uma cultura de subsistência.

Dentro do contexto apresentado sobre a história do Vale do Ribeira, encontram-se as comunidades de Ivaporunduva, Nunguara e Sapatú. A primeira comunidade a ser estudada é Ivaporunduva. Para entender o momento atual, é preciso fazer um resgate da história dessa comunidade, ora baseado em fontes bibliográficas, ora baseado em memória oral.

3.1 IVAPORUNDUVA

O nome Ivaporunduva significa “rio de muito vaporu” (tipo de fruta). Esta comunidade, de acordo com o Livro de Tombo de Xiririca, originou-se da exploração do ouro; foi, portanto, nos primeiros tempos, “Arrayaes de Minas”. Pode ter sido um dos mais antigos núcleos de povoamento do Ribeira. Durante sua viagem pela região, Krug espantou-se com a localidade de Ivaporunduva:

Alguns fazendeiros, proprietários de pequenas engenhocas estão estabelecidos nas circunvizinhanças, fazendo talvez somente o necessário para entreter a vida e ganhar alguma cousa do que suficiente quotidiano...O aspecto interior da igreja é tristíssimo: tudo está sem ordem: vestes do sacerdote, já mofadas e carcomidas pelo tempo e podridão; uma grade de madeira bem antiga, quase cahindo; cadeiras sem encosto, espalhadas por aqui e acolá; enfim, um completo cahos... O arrail, que é bem antigo do que Xiririca, e talvez mais antigo do que Jaguary (Itaúna) está em completa decadência, havendo ahi talvez só umas seis casas mal acabadas, quase em ruínas, habitadas por pessoas que se dedicam exclusivamente à lavoura e gado (KRUG, 1908).

Essas descrições nos levam a pensar que o isolamento, a pequena densidade demográfica, casas espaçadas e separadas uma das outras, são características de populações que de certa maneira, não poderiam ser muito visíveis, numa sociedade na qual o negro não tinha poder de barganha, e em cujo mercado ele mesmo era considerado uma mercadoria. Deixar o mato crescer

e a igreja decair, é sinal de deixar o tempo passar e levar ao esquecimento e a invisibilidade do lugar, característicos da formação de quilombos.

O arraial do Ivaporunduva foi fundado pelos escravos dos mineradores de ouro, que exploravam nos tempos passados os aluviões das margens do rio. A capella que tem por padroeira N.S do Rosário, foi construída com produto do ouro que os escravos extrahiam aos domingos e dias santos. Construída a capella, ao redor da mesma se agregaram alguns casebres e assim se constituiu o arraial, cujos habitantes ainda hoje, em sua maioria, são negros.” (Riquezas do Ribeira de Iguape. Arquivo do Museu Municipal Pedro Laragnoit, Miracatu, 1922)

O Livro de Tombo fala da história de D^a Joanna Maria, vinda de Minas Gerais, proprietária de escravos em Ivaporunduva. Foi qualificada como mulher de alma nobre, bondosa, que soube distribuir em vida tudo quanto conseguiu, dando até mesmo a tão sonhada liberdade a seus escravos. Além do mais, “por não haver Capella no arraial de Ivaporunduva, eram feitos os officios divinos, exceptuando os casamentos, na casa desta “piedosa mulher”. D^a Joanna também teria deixado suas terras para o patrimônio da Capella, construída pelos moradores escravos naquele lugar, quando morreu em 1802. Ao redor da igreja, passou a ser considerada pelos moradores, terras da Santa, e cada família recebe ainda hoje como doação da santa, um lote para sua casa. A festa da padroeira é no primeiro domingo de outubro, quando membros da comunidade guardam e festejam o dia da santa com pessoas de toda a região.

A Capela teria sido uma das mais antigas da Paróquia de Xiririca, foi inaugurada em 1791. Tinha como seu patrimônio uma casa de taipa e uma lavra de ouro, doada por um minerador do bairro. Foi construída com dinheiro dos escravos, proveniente do ouro pelos mesmos aos domingos e feriados, com autorização dos seus senhores (Livro Tombo de Xiririca).

Os moradores mais antigos da comunidade contam uma lenda: que os negros desse lugar teriam surgido do “Marinho”, um ser negro de aproximadamente 80 centímetros de altura, que mora nas águas do Ribeira. Não é perigoso, mas pode levar uma pessoa à sua moradia debaixo d’água. Quando se joga sal sobre o Marinho, quebra-se o encanto e ele volta à estatura normal. Algumas pessoas trazem ainda, em seu nome, o sobrenome Marinho, considerando seus descendentes dessa entidade.



Casas típicas da comunidade

O bairro Ivaporunduva localiza-se a aproximadamente 5 km da estrada de Iporanga, logo após o entroncamento que leva à estrada em direção à caverna do Diabo. À frente vê-se a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, patrimônio histórico. O barqueiro, morador da comunidade e funcionário da prefeitura, realiza a travessia do rio Ribeira. O rio é violento, principalmente nos dias de chuva, tornando perigosa e difícil essa tarefa. Antigamente o acesso a Ivaporunduva era difícil, implicando viagens demoradas e perigosas. Havia apenas o caminho natural pelo rio Ribeira, dois dias de viagem em rústicas embarcações que partiam de Eldorado (QUEIROZ,1980).

É a mais antiga das comunidades da Baixada do Ribeira. Tem sua origem na atividade mineradora e seus escravos. Os negros tornaram-se pequenos produtores fixando-se em terras apossadas mato adentro. Plantavam roças, sobretudo arroz, milho, feijão, caçavam, pescavam; uma cultura de subsistência, atividade que até hoje mantêm.



Capela de Ivaporunduva

Ivaporunduva é uma comunidade organizada, vivem aproximadamente nesse quilombo cerca de quatrocentas pessoas, aproximadamente cem famílias. A vida transcorre tranqüila, “sem brigas ou rivalidades”, diz o líder da comunidade, José Rodrigues. A principal atividade econômica é o cultivo da banana que chegam a vender em média um caminhão do produto por semana. O comércio é feito nas cidades de Cajati, Capão Bonito e São Paulo. Fazem plantações de feijão, arroz e milho apenas para o consumo interno.

A terra é coletiva e cada família tira dela seu sustento, utilizam com muita frequência o sistema de mutirão, onde um ajuda o outro na ocasião da colheita ou plantio da lavoura. Mantêm ainda algumas tradições culturais como danças e festas religiosas, sendo que a mais tradicional e esperada, a festa da Nossa Senhora dos Rosários dos Homens Pretos, realizada no mês de outubro com a participação de todos os moradores dos quilombos vizinhos. A comunidade possui hoje uma casa do artesão equipada com teares novos e trabalham nela cerca de quarenta artesãos que fazem peças artesanais da fibra da banana, para a comercialização. Em 2005, a comunidade ganhou um telecentro como auxiliar na educação de jovens e adultos. O quilombo foi plugado

por meio de uma parceria entre o Banco do Brasil, o ISA (Instituto Sócio Ambiental), a Associação Quilombo de Ivaporunduva e o Governo Federal, por meio do programa Eletrônico de Atendimento ao cidadão, do ministério das Comunicações que visa promover inclusão digital.

Percebe-se que é uma comunidade organizada, que luta por melhores condições de vida dos seus moradores. Possuem um caminhão que auxilia no transporte e comercialização da banana. Adquiriram também uma climatizadora para amadurecer bananas, e em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), estão fazendo cursos para aprender a trabalhar e produzir a banana *chips* e o fabrico de doces de banana. Da banana ainda aproveitam as fibras para a confecção de bolsas, cortinas e tapetes, tarefa esta que todos desde cedo aprendem.



Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em Ivaporunduva, construída em 1762. .

A liderança está satisfeita, pois receberam a certificação orgânica da banana, do Instituto Biodinâmico (IBD), por terem atendidos às normas e padrões de produção agrícola exigidos para esta certificação. Sentem-se orgulhosos por mais esta conquista. Juntamente com a universidade ESALQ (Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”), desenvolvem uma técnica para melhor aproveitar a fibra da banana, extraíndo das árvores as cores necessárias utilizadas para fabricação de produtos artesanais, Na comunidade utilizam o sistema do lixo seletivo para ser

reciclado e reaproveitado. Em parceria com a UNESP (Universidade Estadual de São Paulo) de Botucatu, e UFSCAR(Universidade Federal de São Carlos), estão desenvolvendo um projeto para utilização de plantas medicinais. Coletam, secam e vendem a granel algumas plantas com espinheira santa, cana do brejo, folha de imbaúba e outras. Com a ajuda do governo alemão, instalaram um telefone e um computador na comunidade. Sentem-se realizados por terem semeado duzentos hectares de palmito na mata, trabalho que requer organização e dedicação.



Telefone público na comunidade

Ivaporunduva reivindicou judicialmente o seu reconhecimento oficial em 1997 pela fundação Palmares. No dia 15/01/2001, juntamente com oitenta e seis lideranças dos quilombos de Maria Rosa, Pilões, São Pedro, Galvão, Nhunguara, Sapatú, Batatal, Pedro Cubas, Mandira, Porto Cubatão, Morro Seco estiveram em São Paulo participando da cerimônia de entrega dos Títulos de Terras aos Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira.

A cerimônia aconteceu no Palácio dos Bandeirantes- SP. Foi presidida pelo Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, Edson Vismona, onde houve a apresentação do vídeo “Quilombos no Vale do Ribeira”.

A ser promulgada em 05 de outubro de 1988, a Constituição Federal, no artigo 68 do ADCT, reconheceu a propriedade definitiva das terras ocupadas por comunidades quilombolas, impondo ao Estado o dever de emitir-lhes os títulos respectivos.

Artigo 68: Aos remanescentes das comunidades quilombolas dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade

definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos.

A Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, impôs um conjunto de conceitos e diretrizes objetivando a valorização e difusão das manifestações culturais materiais e imateriais. O reconhecimento da propriedade definitiva associado à previsão de tombamento de todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, em função de se constituírem patrimônio cultural brasileiro, como grupos formadores de nossa sociedade, introduziu, pela primeira vez, o reconhecimento constitucional às comunidades (ANDRADE,1997).

A questão da terra já não preocupa a comunidade, visto que é uma questão prevista por lei, e já possuem a titulação da área em que vivem, mas os moradores do quilombo de Ivaporunduva enfrentam hoje outros problemas de ordem econômica, social, como por exemplo, o transporte. Em dias de chuvas, o que é muito freqüente nessa região, o rio Ribeira enche e as crianças ficam impossibilitadas de freqüentarem a escola por vários dias e até semanas. Para chegarem à escola, as crianças têm de fazer um difícil e demorado trajeto. Atravessam o rio às 5h30min. da manhã, o ônibus passa para apanhá-las na estrada às 5h40min. Há ainda crianças que necessitam caminhar cerca de 4 km para tomar o ônibus que as leva até a escola em Itapeúna, no município de Eldorado, a 25 km. Isso era uma dificuldade que impedia muitos de freqüentarem a escola. É do que fala um dos moradores:

Quando chove nossas crianças têm dificuldade de ir pra escola, por causa do rio que enche e fica bravo, e depois eles tem que caminhar bastante pra pegar o ônibus e chegar na escola. Nós temos medo de mandar elas pra escola em dias ruim, de chuva. (Valdecir, 48 anos- Ivaporunduva)

A comunidade possui uma escola de pré até a 4ª série. Muitos não estudaram ou apenas cursaram até a 4ª série: era necessário viajar e também por trabalharem até tarde na lavoura. Muitos meninos deixaram de estudar ou só estudaram até a 4ª série para ajudar os pais na lavoura. Nos primeiros encontros, em 2005, pude constatar que sonhavam com a construção de uma escola em André Lopes, quilombo centralizado. Em 2008, sentem-se satisfeitos com mais essa conquista, a escola já está em funcionamento, atendendo aos jovens da região com o Ensino Fundamental e Médio e a EJA (Educação de Jovens e Adultos).



Escola da comunidade Ivaporunduva

3.2 NHUNGUARA

Na época em que toda a região do Vale do Ribeira formava o vasto município de Iguape, o território era dividido em diversas freguesias ou bairros. Dessa forma, havia os bairros ou freguesias de Santo Antônio do Juquiá, Xiririca, Prainha (atual Miracatu), Botujuru (atual Jacupiranga), Registro do Ribeira, Arlecrim, Pariquerassu e outras freguesias que não pertenciam a Iguape, mas sobre as quais esta cidade exercia grande influência. Esta fazia-se sentir também sobre Iporanga e Apiaí, detentoras, inclusive, das minas de ouro mais ricas do Ribeira, juntamente com Xiririca (FORTES,1982). Na divisa, entre os atuais municípios de Iporanga e Eldorado, localiza-se o bairro rural ou a comunidade negra de Nhunguara.



Casa típica da comunidade

Sua origem é controvertida. Remonta, talvez, a uma expedição de ouro chefiada por um médico, Sebastião Pereira da Fonseca, que teria fundado a comunidade em 1889 (cf. Folha de S. Paulo, 1986:25). Há outras fontes históricas que comprovam a existência dessa comunidade rural como sendo, realmente, um local de extração de ouro.

Fortes (1982:6) traz a informação, de que a partir de 1620, quando foi fundada, na Vila de Iguape, a Casa de Oficina Real da Fundição do Ouro, todo metal encontrado, sobretudo nas localidades de Iporanga, Xiririca e Itatins era transformado em barras. Essas informações trazem notícias de minas em Ivaoporunduva, Iporanga, Apiaí e Sorocaba. As localidades assinaladas ficam muito próximas de Nhunguara e, como antigamente a delimitação das terras não era a mesma que hoje encontramos não se descarta a hipótese de que havia mina aurífera no local.

Em suma, o nome de Nhunguara está sempre ligado à questão de extração de ouro, da época áurea na região. Para justificar a presença de tantos negros no bairro, podemos recorrer à seguinte notação encontrada em Krug (apud Carril, 1995): “Os lavradores que viverão aqui para tirar ouro matarão uns aos outros e por isso os brancos desapareceram e só os pretos se conservarão até hoje no ribeirão Guaporunduva, Anhanguera (sic) etc.”

Vejamos o significado do nome Nhunguara:

Nhunguara, Anhanguera ou Nhanguara,, denomina um dos afluentes mais importantes do Ribeira e significa “buraco de barro”. Ainda segundo o autor, talvez o nome do ribeirão tivesse sido atribuído a fim de “significar o pavor que

concebiam dos estrondos freqüentes das exalações dos montes e dos lugares próximos, que se ouvem do Nhanguará”.O ribeirão de Nhunguara é atual divisa de município entre Eldorado e Iporanga,que vai até o divisor seco a partir da barra do Córrego do Morcego” (STUCCHI apud Carril, 1998).



Comunidade de Nhunguara

O Nhunguara está localizado no Perímetro 55° de Apiaí e 27° de Eldorado Paulista, portanto compreendido em ambos os municípios. O território da comunidade mede 8.093,98 hectares e é constituído integralmente por terras devolutas, sendo que 6.438,6447 hectares, ou 80% (oitenta por cento), encontram-se no interior do Parque Estadual de Jacupiranga. Está localizado à margem direita do rio Ribeira de Iguape, sendo cortado pelo rio Nhunguara, que nasce dentro do bairro. A formação dos bairros negros do Vale deu-se através de um processo de acampesamento de grupos de negros, fossem livres, libertos, fugidos ou abandonados por seus donos em virtude da decadência da atividade mineradora na região.

O fato de que, assim como Nhunguara, vários outros bairros têm o nome do rio principal do seu território é mais uma evidência da importância e da centralidade dos cursos d'água na ocupação do espaço.



Casas de barro e chão de terra batida

O Nhunguara integra uma região na qual sempre houve intensa circulação de pessoas. Esta movimentação, relativamente orientada pelas regras de herança, estava relacionada ao modo de vida itinerante motivado pela tecnologia agrícola de coivara, associada à grande disponibilidade de terras devolutas. Contudo, os relatos e os documentos informam que o território de Nhunguara foi constituído tanto a partir de aberturas de posses em terras devolutas quanto de compras de terras. Sob esse ponto de vista, a formação do bairro de Nhunguara deve ser compreendida e analisada a partir de perspectiva da expansão territorial de grupos negros estabelecidos no entorno como Ivaporunduva e São Pedro (antiga Lavrinha). (Relatório Técnico do Itesp-2000)



Escola da comunidade

Nhunguara é uma comunidade organizada e ativa. Segundo os dados do ITESP no ano de

2000 foram localizadas cerca de 96 famílias que ali residem e plantam somente para o consumo o arroz, o feijão, o milho e a banana. Criam porcos, galinhas e patos. Plantam também o palmito para vender as mudas, trabalham na produção artesanal da fibra da banana, e atualmente estão construindo um barracão para a fabricação de farinha. Possuem uma Associação de Moradores, já conseguiram uma máquina para o beneficiamento do arroz, uma casa do artesão e, através de um projeto elaborado para o governo italiano, conseguiram dinheiro para a compra de um caminhão, que deverá auxiliar no transporte da banana, também um telefone que já está em funcionamento e um computador.

Juntamente com representantes de associações e Ongs (Organizações não governamentais) a comunidade tem trabalhado para criar núcleos produtivos de artesanato, produção de farinha, doces, agricultura orgânica e viveiro de mudas e também tentam desenvolver o turismo ambiental e solidário. No ano de 2007, a atuação do Projeto de Promoção e Desenvolvimento Local e Econômica Solidária (PPDLES), levou os agentes Sueli da Silva da comunidade de Nhunguara e demais representantes dos quilombos vizinhos, a participarem de um evento que ocorreu na cidade de Parma na Itália, evento este que teve como eixo principal o direito à segurança alimentar, com apresentação de experiências voltadas ao desenvolvimento local sustentável.



Artesanato com a fibra da bananeira

Conversando com o líder Aparício de Almeida identifiquei que pouco sabem da sua

história, da sua origem. O que se percebe andando pela região é que a vida transcorre de forma simples, e que apesar de algumas casas possuírem televisão, o progresso não passa disso, pois as roças de feijão, mandioca, milho, banana, continuam sendo cultivadas de forma artesanal. Existem cães e gatos correndo pelo terreiro, crianças de pés descalços pelas estradas e no campinho de futebol, crescendo de forma aparentemente bastante livre. Tomando banho de cachoeiras e riachos, parte da população ainda mora em casas de sapé, embora algumas sejam de alvenaria, possuam luz elétrica e até antena parabólica. O bairro conta com duas escolas e um posto de saúde, uma igreja católica e alguns locais de culto de igrejas evangélicas. As duas escolas nas localidades de Salto e no Guardamó atendem alunos de 1ª a 4ª séries. A escola de 5ª a 8ª série localiza-se em Itapeúna, aproximadamente 20 km de distância do Nhunguara. Há crianças que moram nos sítios Continente, Tenente, Quati, Romãozinho e na Pedra. Dessa forma precisam acordar por volta das 3h30min. e caminhar uma hora e meia para pegar o ônibus que parte da comunidade às 5h30min. As aulas iniciam somente às 7 horas. Os alunos de segundo grau freqüentam a escola em Eldorado ou Iporanga.

Daí então o elevado índice de analfabetos nos moradores com idade de trinta anos para cima. Muitos jovens deixam de freqüentar a escola para trabalhar e sustentar a família. O número de analfabetos funcionais também é muito grande.

A religião católica está presente nos cultos dominicais e nas missas realizadas mensalmente. A ligação entre uma habitação e outras é feita, como nas demais comunidades que visitei, através de trilhas precárias, estradas mal conservadas e íngremes e de difícil acesso.

A dificuldade de acesso à escola e ao trabalho começa a impelir os mais jovens de deixarem o quilombo em busca de melhores perspectivas de vida nas cidades maiores. O trabalho nas plantações de grandes proprietários é cada vez mais comum entre os quilombolas modernos.

Observei com freqüência crianças à beira da estrada vendendo cachos de bananas, jaca, abóbora etc.

Alguns adultos vão à cidade periodicamente fazer compras, vendem ou trocam o produto de seu trabalho por algum outro gênero como sal e açúcar. Vão também - quando necessitam de atendimento médico - a postos de saúde ou hospital. Na comunidade tem um posto médico, mas

segundo moradores, os médicos e enfermeiras não aparecem com frequência sendo necessário então dirigir-se à Santa Casa de Eldorado, tarefa muito difícil considerando-se que a distância é de mais de 40 quilômetros e o ônibus só passa duas vezes por dia.



Posto de saúde de Nhunguara

A Pastoral da Criança, pertencente à Igreja Católica, através de seus voluntários tanto na comunidade de Nhunguara como em outras comunidades visitadas, realizam um trabalho de assistência às crianças: pesam, verificam os casos de anemia e ensinam as mães a fazerem uma farinha fortificante, que é uma junção de ervas, casca de ovos e sementes trituradas, que devem ser colocadas na comida das crianças para que elas ganhem peso. Os moradores conhecem também os “remédios do mato” para vários tipos de doenças.

A Associação Comunidade de Quilombo do Nhunguara foi fundada em 1997. Nesse período, as comunidades da região tomaram ciência do Artigo 68 e passaram a reivindicar o reconhecimento de sua condição quilombola por parte do Estado para recuperar então o domínio de seu território tradicional, sua titulação e o direito de serem donos definitivos da terra.

As possibilidades de trabalho para os moradores são restritas: as fazendas existentes empregam não mais que três ou quatro pessoas ao mesmo tempo. As mulheres arrancam capins venenosos para o gado e os homens fazem roçadas e arrancam moitas dos pastos. Alguns homens trabalham com gado, bananais, plantações de pinus ou empreitadas na limpeza das linhas elétricas ou na pintura de postes de luz. Os rapazes menores de 18 anos são os mais procurados por empregadores de fora para o corte de palmito em outros municípios, pois para estes as

penalidades da lei são menores. A extração ilegal de palmito é a principal atividade de algumas famílias. Isso acontece por falta de alternativas.

Apesar de não ser preciso atravessar o rio para chegar à comunidade, Nhunguara é o quilombo de mais difícil acesso, comparando-o com as demais localidades. As estradas são íngremes, perigosas, muitas montanhas e vales; quando chove, fica impossível chegar de carro até a comunidade de Nhunguara.

O que percebemos no decorrer das conversas é que esta comunidade tão isolada, separada do “mundo” por montanhas e estradas precárias, sonham com dias melhores e mais oportunidades. Assim vivem esses afro-descendentes, herdeiros mais diretos de Zumbi dos Palmares, distantes do que muitos militantes urbanos podem imaginar.

3.3 SAPATU

Não há muitas informações a respeito da origem dessa comunidade, acredita-se ter sofrido muitas modificações em relação às demais povoações locais. Um exemplo disso foi a divisão do povoado ao meio por uma rodovia que liga Iporanga e as demais localidades a Eldorado Paulista, construída em 1969.

O Livro Tombo de Xiririca afirma que aquela localidade denominava-se, então, Cordas Cachoeira: “Há celebre o nome deste bairro, que provem da necessidade com que as canoas, por falta de arte e experiência subia a cachoeira; puxadas por cordas.”(sic)

O nome exato do lugar é Sapatu das Cordas de acordo com Sr. Waldemar, morador antigo. Ele e seus pais moravam numa região acima de Sapatú, no sítio do cafezal, também denominado Lavra. Depois vieram para Sapatú tomar conta de uma terra que um senhor chamado Gustavo Carneiro recebeu de herança, e que, apesar disso, conseguiam pagar o imposto sobre suas terras em Sapatú. Esse tomar conta da terra significava morar sem pagar nenhuma taxa e plantar, podendo ou não vender os frutos para o proprietário.

Senhor Waldemar trabalhou por quarenta anos como inspetor de quarteirão, ligado à Delegacia de Terras. Era uma espécie de “apaziguador de brigas”.

No sítio de Cafezal, de onde veio, conta, havia registro de escravos que plantavam

canaviais para fazer alambiques e montar cabo de caatinga. Tem lugar em que, na época, os escravos faziam vales; para isso, eles apanhavam água no ribeirão, montavam alambiques e fabricavam a pinga. Fala ainda da mineração, cujo acesso à atividade mineradora era difícil, pois havia pessoas armadas controlando os garimpeiros.

Da escravidão, o senhor Waldemar lembra que aprendeu na escola uma história em que havia um feitor que colocava negros para trabalhar na roça e dizia: “anda, anda negro vadio!” As roças eram de arroz e feijão.

Há uma outra história que ele aprendeu na infância e me contou:

Dois molequinhos estavam em cima de uma pedra, bem pretinhos, no sítio de Cafezal e havia, também, dois outros meninos que estavam tomando banho de rio e avistaram esses pretinhos. Foram avisar o padre Sebastião, arrumaram duas espingardas para atirar, não os acertaram e os pretinhos caíram n'água e desapareceram. Dizem que eles tinham o corpo de gente, mas eram peixes, ou melhor, negro d'água.

Joel, ex-líder relata o seguinte:

Em relação à cana -de- açúcar, eu acho que foi mais sensível pra população no sentido que os instrumentos que usavam na fábrica em todo o processo de trabalho com a cana, aqui, eram instrumentos conseguidos aqui mesmo na mata, feito com madeira; aí então, qualquer pessoa que quisesse fazer uma fábrica poderia montar, e utilizava escravo. Foi massacrante para os negros daqui. A partir daí, então, depois o fato de fazer as valetas foi exatamente feitas pelos escravos e esse foi aí um dos motivos que esse bairro foi construído pelos escravos fugidos dos quilombos, mais precisamente de Ivaporunduva.

O atual líder Geraldo Furquim nos conta a origem do nome Sapatu:

O nome Sapatu começou, diz uma velha do bairro, a partir do momento que havia duas mulheres remando de canoa na cachoeira do bairro, e

subindo... A que estava sentada, falou para esta, “me dá aqui esta vara, sua sapa”, a outra respondeu “sapa é tu”. Ai ficou Sapatu como nome de cachoeira. Deram o nome de Sapatu para o ribeirão.

Hoje vivem cerca 85 famílias quilombolas na comunidade e outras 20 de posseiros - afirma o líder Geraldo. Junto ao ITESP, têm conseguido alguns benefícios, como a construção da casa do artesão, material para o fabrico do doce da banana, uma quadra de esportes, benefícios estes considerados poucos, diante da luta que desenvolvem pela sobrevivência. Trabalham com uma cultura de subsistência, vivem da lavoura, do plantio da mandioca, milho, arroz e feijão.



Casa típica da comunidade

Algumas casas possuem luz elétrica e até televisão, mas há muitas casas de barro, com o chão batido, cobertas de sapé, com móveis improvisados de madeira e às vezes as esteiras de palha servem como colchão.

À noite reúnem-se para bater “um papo”, tomar uma cachaça, assistir televisão na casa de que tem uma. Andando pelo bairro, podemos observar que Sapatu é semelhante às demais localidades estudadas no que se refere às lutas pela sobrevivência e as dificuldades que os jovens têm em deixar o trabalho na lavoura, especialmente na época da colheita e freqüentarem regularmente às aulas. Todos sentem a necessidade de concluir ao menos o Ensino Médio para poderem ter um bom emprego. Os mais jovens têm abandonado as comunidades em busca de uma vida melhor, segundo eles, com mais oportunidades de trabalho. Trabalham em fazendas vizinhas, plantam lavouras para os proprietários em troca de um salário mínimo, ou até menos. A

comunidade, juntamente com André Lopes, Galvão, organizou-se para implementar e iniciar a Rede de Cultura Quilombola e Ponte Digital. *“Estamos felizes com esse projeto porque nossos filhos podem se comunicar com o mundo e assim ficar por dentro dos nossos direitos”*, diz D^a Rosa, 52 anos.

Para a elaboração dos projetos as Associações contam com a colaboração da Universidade Estadual de Campinas, que tem como objetivo implementar infra-estrutura de informática, realização de oficinas de arte (capoeira, aulas de viola, curso de capoeira, acordeom, teclado e violão), planejam também instalar uma biblioteca, fortalecer o grupo de danças tradicionais da comunidade. Em 2007, o ISA (Instituto Sócio-Ambiental), realizou um projeto voltado aos estudantes quilombolas. A atividade integra o projeto Superação da Pobreza e Valorização Cultural. Este projeto foi financiado pela AIN (Ajuda da Igreja da Noruega). Percebe-se que os líderes buscam parcerias e conquistam muitos benefícios para a comunidade. Dia 23 de junho deste ano 2008 o Ministro da Igualdade Racial, Edson Santos, visitou as comunidades quilombolas, especialmente a fábrica de doce de banana, uma das principais fontes de geração de renda para a comunidade.

3.4 Os quilombolas do Vale do Ribeira e a escolaridade

Estive pela primeira vez nas comunidades quilombolas do Vale, em Ivaporunduva, Nhunguara e Sapatu, no ano 2004. Fui movida pela curiosidade e por ter lido algo sobre essas comunidades. Queria ver, entender como viviam os moradores desses quilombos. A primeira comunidade que visitei foi Ivaporunduva, para chegar até essa comunidade é necessário atravessar o rio. Há um balseiro contratado pela prefeitura, e a primeira coisa que me disse é que ninguém da comunidade concede entrevista sem autorização do líder. Procurei então pelo líder José Rodrigues. Encontrei-o em casa e me recebeu muito bem quando disse quais eram meus objetivos e que era moradora da região. Apesar de desconfiado, gentilmente e com certo orgulho de quem luta e conquista, deu-me muitas informações interessantes principalmente sobre as questões da terra, o projeto da construção de uma hidrelétrica na região, as dificuldades para construir uma pousada na comunidade para favorecer o turismo étnico-cultural e a preocupação por não terem uma escola mais próxima da comunidade.

Nesse primeiro momento meu objetivo era descobrir o índice de analfabetos nessas comunidades. Em seguida visitei a comunidade de Nhunguara, que fica distante da rodovia. As

estradas são péssimas, às vezes dá impressão que é apenas um caminho para passar animais, muito estreita e com muito mato. Quando estava descendo, tinha a impressão de que não iria conseguir voltar, pois era um caminho muito íngreme e perigoso. Cheguei até a casa do líder Luis Aparecido Almeida, uma casa com chão de terra batida, fogão de taipa. As camas eram apenas esteiras de palha, que durante o dia ficavam enroladas para aumentar o espaço da casa. Foi muito gentil, me recebeu muito bem, respondeu às perguntas e falou das dificuldades dos jovens frequentarem a escola principalmente em dias de chuva, pois era impossível passar algum carro nessas estradas. Falou ainda do sonho de ter uma escola centralizada que atendesse às comunidades da região.

Assim aconteceu também em Sapatu, quilombo à margem da rodovia, com casas simples, de chão de terra batida, fogão à lenha; os animais andam entre as crianças, principalmente porcos e galinhas. Logo em frente à casa do líder, há uma capela bem cuidada, onde a maioria católica se reúne para os cultos e missas. A partir de então foram realizadas mais três visitas. Fui conhecendo cada vez melhor a vida desses moradores, suas expectativas e sonhos em relação ao futuro. Para minha surpresa quando retornei ao Vale, em Maio de 2008, fiquei sabendo que uma escola havia sido construída em André Lopes, quilombo centralizado, localizado à beira da rodovia que liga Iporanga a Eldorado Paulista. O líder Benedito Alves contou-me a respeito das dificuldades que tiveram que enfrentar para que essa escola fosse construída. Foi necessário que a liderança das comunidades negociasse com o Governo do Estado: queriam uma escola que atendesse às necessidades da região, em especial que valorizasse a cultura local.

A escola deveria ser um espaço pra gente mostrar nossa cultura, estudar mais a nossa história, falar mais de nossas lutas e conquistas, mas isso é difícil, pois o professor tem que cumprir a matéria que já vem pronta. É duro porque não faz sentido pra gente. (Marcos, 29 anos, Sapatu)

Conversei também com a vice-diretora da E.E. Maria Antônia Chules Princesa, a professora Roseli, que me contou sobre o currículo dessa escola: em princípio, voltado para o estudo da história e cultura africana por se tratar de uma escola quilombola, a única do Estado de São Paulo. Para minha surpresa, nada mudou apesar dos professores estarem constantemente tentando fazer um resgate da história e cultura das comunidades da região. O currículo, da forma como é vivenciado no seu cotidiano continua não contemplando o negro.

Anterior à construção desta escola, os alunos tinham que percorrer um difícil caminho até chegarem à escola. Era necessário caminhar a pé, tomar um barco para fazer a travessia do rio e ainda viajar 20 km até chegar na escola localizada em Itapeúna.

Nas primeiras visitas realizadas nas comunidades, pude reconhecer nas falas dos entrevistados, as causas do abandono, a falta de motivação para prosseguirem com os estudos.

“Não dá pra trabalhar e ainda ter que andar e até viajar pra poder estudar. “Nóis não tinha era vontade e nem coragem pra ir pra escola.”, diz o Sr Marcos, morador da comunidade de Sapatú. Alguns dos participantes da pesquisa estudaram até a 4ª série, pois na comunidade há uma escola de 1ª a 4ª série, e mesmo assim muitos não conseguiram estudar. Foram vários os motivos dos mais velhos não terem freqüentado a escola. Alguns não puderam freqüentar a escola por causa do trabalho, que foi a causa mais comum, outros pela distância e o cansaço, já as mulheres, os pais não permitiam porque elas não nasceram para estudar, mas sim para criar os filhos e cuidar dos maridos e os demais não viram a necessidade da escola naquele determinado momento.

“Como a gente podia largá a roça pra estudá? Trabiá é muito importante pra nós naquele momento” afirma Dª Clara, 58 anos, Ivaporunduva.

O trabalho era importante, pois era preciso sustentar toda a comunidade, além disso, o cultivo e o transporte de bananas são uma atividade que exige muito tempo e dedicação. Percebe-se que a escola não era prioridade naquele momento. *“Aqui nós plantamos milho, arroz, feijão e ainda vendemos banana. Não dava pra largar tudo isso e ir já cansado pra escola”* é o que diz Sr. Joaquim da comunidade de Nhunguara.

Hoje com a construção da escola em André Lopes que atende a todas as comunidades, a situação é outra. A vice-diretora Roseli Dias da Silva nos contou sobre a luta para conseguirem a construção desta escola. Realmente foi uma grande conquista.

Hoje ela funciona em três períodos, não há evasão escolar, os alunos gostam da escola e ajudam a preservar esse espaço, pois sentem que a escola é deles.

Não há evasão escolar, todos gostam da escola, participam em todas as atividades propostas, os que se matriculam no início do ano, permanecem até o fim. É muito bom poder contar com as lideranças das comunidades vizinhas (Roseli, vice-diretora da escola).

A vice-diretora foi professora em Nhunguara, Galvão e Ivaporunduva. Por questões burocráticas ela foi afastada do cargo de vice-diretora, mas houve uma manifestação das lideranças que foram diretamente ao governo do Estado de São Paulo e conseguiram que ela retornasse ao cargo, pois segundo a liderança, ela é a pessoa mais indicada para exercer esta função. *“Ela conhece a nossa história de lutas e conquistas, nossa cultura, enfim, nossa vida. Ela deu aula em vários quilombos. Precisamos de alguém assim, que faça parte da nossa gente”* - diz Joaquim, morador de André Lopes, onde se localiza a escola.

Retomo aqui os objetivos deste trabalho: identificar as prováveis causas do baixo nível de escolaridade, conhecer o significado da escola para os moradores desses quilombos, tornar conhecidas essas comunidades da região do Vale, bem como seus costumes e seus bens culturais e, finalmente oferecer subsídios para estudos posteriores. Para isso foram estabelecidos alguns núcleos temáticos que norteassem as análises: o negro e a questão da discriminação racial; o negro e a escolaridade e o negros, seus valores culturais e suas lutas. Dos depoimentos dos moradores foi possível captar pistas a respeito do modo como concebem sua história. E o que pensam em relação à escola e seu significado na vida destes moradores.

Paulo Freire (1997) acreditava no papel fundamental da educação enquanto instrumento de transformação social e construção de outro modelo de sociedade onde o homem pudesse recuperar sua dignidade. Sua proposta sempre primou por considerar as experiências que cada educando já traz se seu ambiente. O que tem acontecido e como já foi mencionado, o currículo não contempla a realidade dos negros e, portanto dos alunos quilombolas do Vale do Ribeira. Podemos perceber que a falta de motivação tem uma explicação.

Por que ir pra escola pra ficar ouvindo sempre a mesma história. Nós só ouvimos que os negros foram escravos. Queremos aprender alguma coisa que ajude na nossa vida. Quem sabe resgatar a nossa história. (Leandro 22 anos, Sapatu)

Sobre a questão da escolarização, Abramowicz (2002) o vê como um processo que faz parte de toda a vida, e que ninguém se educa enquanto não inicia a escolarização. *“Torna-se educado quem frequenta escolas e faculdades, entretanto se os benefícios de tudo que aprender não reverter para o fortalecimento da comunidade, tem-se uma pessoa estudada, mas não educada”*(p.17), isso se confirma na fala do líder da comunidade de Ivaporunduva, Benedito

Alves“

Nós sabemos que a escola é importante, não estudamos porque não pudemos, mas queremos que nossos filhos freqüentem a universidade, tenham conhecimentos e voltem pra cá, para serem líderes, e contribuïrem para a região.

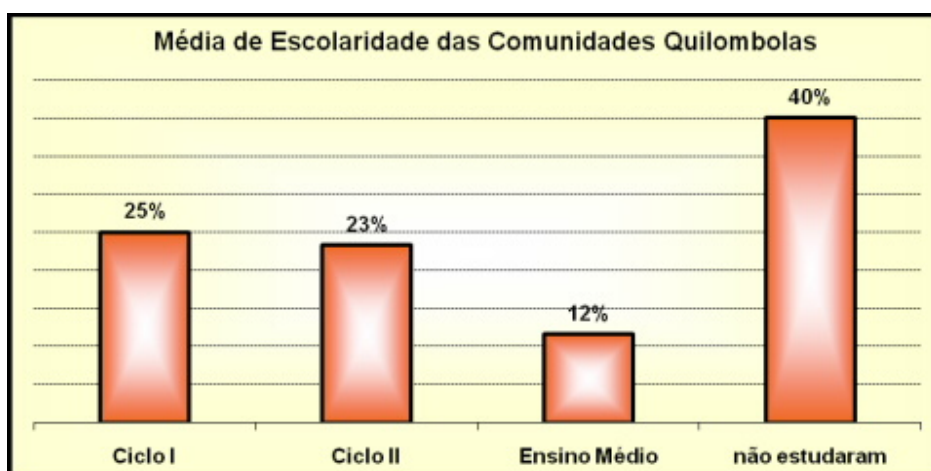
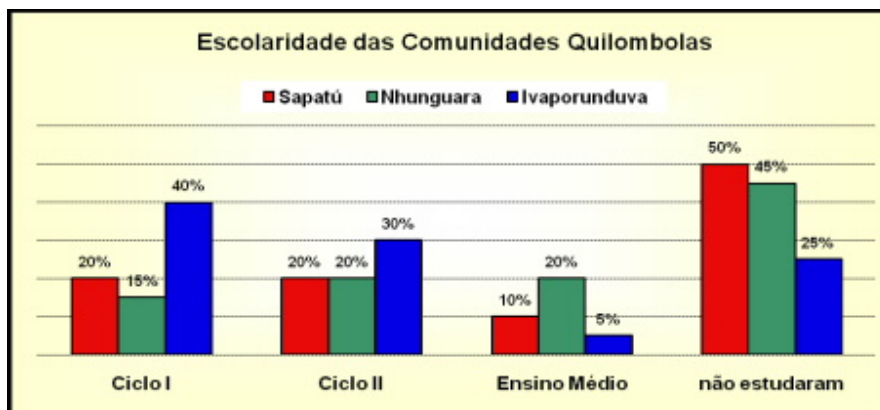
É interessante observar que os mais velhos apesar de não terem freqüentado a escola, ou terem estudado apenas alguns anos, hoje, devido às exigências do mercado de trabalho, percebem a necessidade de estarem adquirindo conhecimento e assim trazer benefícios para toda a comunidade. Será que a escola tem proporcionado esse conhecimento que os quilombolas julgam importantes? Qual a verdadeira função da escola?

No ano de 2005, realizei uma pesquisa na região do Vale para verificar o índice de analfabetos e através das entrevistas e análise das falas desses moradores, identifiquei que o motivo era quase único. Não estudaram porque os pais não permitiam que os filhos deixassem o trabalho para ir à escola. Principalmente as mulheres, já que o papel delas era apenas cuidar da casa, procriar e atender às necessidades do marido.

Nóis mulheres queria ir pra escola, mais nosso pai não deixava, dizia que era coisa de homem e mulher não precisava disso. Eu bem que queria ter ido, só aprendi a escrever um pouco. (Durvalina 45 anos, Ivaporunduva)

Há indícios de tristeza em suas falas pela falta de oportunidade e hoje muitas acreditam que se tivessem estudado teriam tido um futuro melhor, menos sofrido. Outros não estudaram porque não consideravam a escola importante naquele momento, pois era preciso sustentar e prover o alimento para a comunidade. Estudar era luxo, para muitos deles.

Eu fui pra escola até a 4ª série porque tinha escola aqui, mais tinha que fazer um esforço danado pra prestar atenção nas aulas, porque a gente já ia cansado pra escola. Deu pra aprender ler e escrever um pouco. Muitas coisa eu leio e não entendo. (Neide, 47 anos, Sapatu)



A pesquisa mostrou que o índice de analfabetos nas comunidades estudadas era elevado, Sapatú, 50% de analfabetos, Nhunguara, 45%, Ivaporunduva, 25%, chegamos à média de 40% no índice de analfabetismo nos quilombos do Vale do Ribeira. Percebe-se há também um grande número de analfabetos funcionais, mas que vivem em estado de letramento.

Hoje os quilombolas vêm a escola como fonte de saber, como uma forma de intervenção na realidade. Lutam para que todos tenham acesso à escola e à informação.

A escola deveria ser um espaço pra gente mostrar nossa cultura, estudar mais a nossa história, falar mais de nossas lutas e conquistas, mas isso é difícil, pois o professor tem que cumprir a matéria que já vem pronta. É

duro porque não faz sentido pra gente. (Marcos, 38 anos, Sapatu)

Hoje queremos que as crianças da comunidade estudem, aprendam pra não serem enganados, eu mesmo estou estudando, freqüento as aulas à noite e ainda quero fazer faculdade. (Benedito Alves, líder de Ivaporunduva)

Hoje já não dá pra ficar sem estudar, é questão de sobrevivência, nós vendemos nossos produtos, banana, as ervas medicinais, o artesanato, precisamos ser esperto. (Luiz, 28 anos, Sapatu).

No passado a escola para os negros era vista como “um bem supremo” como afirmou Florestan Fernandes (1978) e agora o que ela representa para eles? Será que a concepção que os negros tinham da escola mudou diante da realidade presente?

Hoje vêm na escola a possibilidade de se transformarem em alguém mais “inteligente, esperto”, como disseram alguns entrevistados.

Para Marx (1999), os homens são produtos das circunstâncias e da educação e, portanto homens modificados são produtos de circunstâncias diferentes e de educação modificada; esquece-se que as circunstâncias são modificadas pelos homens.

Pelas falas, observa-se que valorizam as políticas de ação afirmativas, lançadas pelo Governo Federal, e vêm possibilidades de entrarem em uma universidade. Quando estive nas comunidades no ano de 2005, eles haviam organizado um cursinho, o Educafro, realizado por professores voluntários de Eldorado Paulista e região, pois, segundo a liderança, precisavam dar oportunidades para os filhos chegarem à universidade. Hoje a situação é bastante interessante, alguns jovens estão freqüentando a universidade, alguns na cidade próxima de Eldorado e Registro, fazem cursos à distância e sentem orgulho porque em breve terão um advogado na comunidade. Ao retornar aos quilombos, para minha surpresa, o filho do líder Benedito Alves havia concluído pedagogia na Universidade de Santo Amaro (UNISA), São Paulo e havia ingressado no mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O líder está feliz porque sua filha também concluiu o curso de Gestão Ambiental. Muitos alunos ingressam na universidade, mas não conseguem acompanhar o curso, devido à educação básica ser ainda deficiente em nosso país.

Eu sei que hoje é preciso estudar, antigamente nós não pudemos ir pra escola porque nosso pai não deixava, e porque tinha que trabalhá até tarde na roça. Hoje eu quero que meus netos estude pra ter uma vida diferente da minha. (D^a Rute, 67 anos, Ivaporunduva)

Ao discutirem a socialização do saber escolar, Oliveira e Duarte afirmam que há mais coisas a considerar na democratização do saber escolar:

É preciso compreender que, já dentro da escola, isto é, já na efetivação da ação pedagógica, se pode concretizar um processo de transformação de raciocinar e atuar do educando (e do próprio educador) naquilo que se refere ao próprio modo de aprender/ensinar algo e que ao mesmo tempo serve para a atuação do indivíduo, de modo geral. Esse resultado vai depender, entre outros fatores, de como a ação especificamente pedagógica foi programada e realizada em função das necessidades reais da prática social global (1987, p.104).

Não basta a existência da escola porque ela pode servir tanto para a manutenção da situação existente quanto para sua transformação. Gramsci (1989), afirma que a escola deve trabalhar a dimensão ética-política através das Ciências Humanas, uma educação para a autonomia, desenvolvendo então um homem omnilateral, ou seja o homem em sua totalidade.

Nós queremos uma escola que possa valorizar a nossa cultura, estudar a nossa história. Que os negros foram escravos, nós já sabemos, queremos mais, queremos ver o que os negros fizeram de bom. (Jovino, 37 anos, Nhunguara)

Por que estudá se a vida da gente não muda? Aqui tudo é difícil. Saber contar e escrever já é alguma coisa, não é, e também não é nada importante pra nós, é distante das coisas da nossa vida. (Maria Aparecida, 48anos,Nhunguara)

Para D^a Maria, saber escrever o próprio nome e fazer algumas “contas” básicas já é suficiente. Mas para que servem as escolas? Os conteúdos trabalhados são significativos? Ela responde às necessidades ou expectativas dos moradores dos quilombos dessa região?

Não só à escola, mas a ela prioritariamente imputa-se a responsabilidade de garantir o saber sistematizado e a possibilidade de contribuir para a formação de agentes sociais críticos.

Pra que ir pra escola pra ficar ouvindo sempre a mesma coisa. O importante é saber ler escrever pra não passar vergonha, isso já tá bão. O que é ensinado na escola não significa quase nada pra nós que vivemos uma dura realidade. (Iracema, 52 anos, Ivaporunduva)

A escola aqui passa a ter valor utilitária, ensinar a ler e escrever já é o suficiente

Os dizeres dos quilombolas sobre a escola nos remetem ao que diz Saviani: a escola não tem correspondido às necessidades e aspirações dos brasileiros. “Ora, não se faz um país marginalizando a maioria dos seus cidadãos. Além disso, não podem os membros da elite arvorar-se em representantes e intérpretes das aspirações de todo o povo” (1986, p.131).

É interessante perceber que apesar dos mais velhos não terem tido a oportunidade de frequentar a escola, incentivam os mais jovens a irem para a escola à procura de conhecimento. Bourdieu(1998) afirma que a família transmite aos seus filhos certo capital cultural ou *ethos* e que o êxito escolar do meio familiar influencia no êxito dos educandos.

Mas o que dizer dos quilombolas mais velhos que são analfabetos ou possuem um baixo nível de escolarização incentivarem seus filhos a buscar na escola meios para melhorarem suas condições de vida?

A escola Maria Antônia Chules Princesa, escola quilombola, tem um projeto pedagógico diferenciado para tratar essa diversidade de maneira a considerar os negros e sua cultura local? Há um discurso de igualdade, mas na verdade está apoiado numa visão etnocêntrica do homem e da humanidade.

Nós tentamos fazer um resgate da história das comunidades quilombolas locais, mas também precisamos cumprir a proposta enviada pela Secretaria da Educação. No dia da Consciência negra, nós fazemos apresentações de danças folclóricas locais. Mas não dá pra fazer muita coisa.(Roseli, vice-diretora)

Não se trata de aproveitar datas comemorativas ou fazer certas adaptações curriculares quando se trata de levar a sério o processo de escolarização da população. Como diz Saviani, a escola, tal como está constituída é um reflexo da organização social.

A produção do saber é social, ocorre no interior das relações sociais. A

elaboração do saber implica expressar de forma elaborada o saber que surge da prática social. Essa expressão elaborada supõe o domínio dos instrumentos de elaboração e sistematização. Daí a importância da escola: se a escola não permite o acesso a esses instrumentos, os trabalhadores ficam bloqueados e impedidos de ascender ao nível de elaboração do saber, embora continuem, pela sua atividade prática real, a contribuir para a produção do saber (SAVIANI, 2003, p.77).

A escola deve propiciar ao indivíduo condições para que sua vida não se resume unicamente a lutar pela sobrevivência, cabe à escola a tarefa de levar os indivíduos a se apropriarem do conhecimento e do saber que ela oferece. A sociedade contemporânea torna-se cada vez mais complexa, exigindo, com isso, cada vez mais o uso de conhecimentos e habilidades que são adquiridos de forma sistemática. Educar não apenas para o mercado de trabalho, mas para formar um indivíduo completo em vários aspectos(ter domínio dos todos códigos da sociedade em que vive, desenvolver a personalidade, o espírito de criticidade, ampliar a visão sobre o mundo e a sociedade na qual está inserido), não ser apenas um mero repetidor de idéias e conceitos determinados pela sociedade, mas transformar em um ser humano com sentimentos e capaz de atuar conscientemente no seu cotidiano. Os moradores das comunidades estudadas mantêm grandes expectativas em relação ao futuro se os filhos tiverem oportunidades de freqüentarem a escola.

Com certeza a vida dos meus filhos e netos será bem melhor que a minha porque eles estão estudando e quero que façam faculdade e quem sabe cheguem a ser douto, estudando eu fico mais tranqüilo porque o futuro deles será bem melhor.(Maria Antônia, 54 anos, Nhunguara)

Os quilombolas da região mantêm o discurso de que a escola traz ascensão social e segurança em relação ao futuro. Para Bourdieu (1998), as atitudes dos membros das diferentes classes sociais, pais ou crianças e, muito particularmente, as atitudes a respeito da escola, da cultura escolar e do futuro oferecidos pelos estudos são, em grande parte, a expressão do sistema de valores implícitos ou explícitos, que eles devem à sua posição social. Mas olhando para esses moradores, suas lutas cotidianas, seus valores culturais e posição social, questiono ainda: por que se mantêm tão convictos de que a escola é uma forma de garantir um futuro melhor para seus filhos e para as comunidades? A escola tem atendido essas expectativas em relação à formação do educando de maneira completa, possibilitando-o para que possa se formar e se construir? O

que fazer com a diversidade cultural existente no interior das escolas? Como elas são trabalhadas?

É necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura”(BOURDIEU, 1998, p. 53).

O papel da escola é de grande importância na formação do indivíduo, não que ela seja a única fonte de conhecimento, mas é o espaço onde se dá o encontro dos diversos saberes, da troca de experiências e também do saber sistematizado. Sabe-se, porém que ao contrário do que é afirmado pelas ideologias defensivas da igualdade de oportunidades, a escola é uma instituição que teria na realidade um papel importante na manutenção das desigualdades sociais e culturais, devido aos mecanismos de seleção social e cultural contidos em seu interior, por não ter um currículo adaptado à diversidade étnico-cultural existentes nas instituições educativas brasileiras.

No contexto atual as mudanças têm sido voltadas para a lógica do capital, ou seja, as mudanças são implementadas em função da dimensão financeira da globalização. A lógica do capital que conduz a sociedade tem trazido muita insegurança, principalmente às populações excluídas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto procurou mostrar a situação do negro na sociedade brasileira, através de um resgate da história do povo africano, suas lutas, suas conquistas e seus valores culturais. Foi destacada também a questão da discriminação existente no Brasil embora de forma camuflada, mas de maneira perversa que tem colocado os afro-descendentes brasileiros em situação de inferioridade em relação à população branca. Foi discutido também o mito da democracia racial, mostrando que não é verdadeira a afirmação de que brancos e negros convivem de maneira harmoniosa. Foi abordada a questão da escolarização e educação, o que alguns autores dizem a respeito do analfabetismo funcional existente hoje no Brasil. O que dizer das pessoas que não frequentaram a escola ou possuem baixa escolarização mas que são letradas e estão plenamente inseridas na sociedade da informação? Sabe-se que ao negro foi negado acesso à educação formal, a população negra era impedida de frequentar a escola. Desde a colonização a educação brasileira era problemática e discriminatória. Muitos conseguiram enfrentar o descaso e buscaram conhecimento e organizaram as frentes de resistência negras.

Esta pesquisa buscou mostrar as políticas públicas de ações afirmativas como uma tentativa de favorecer a população negra brasileira, como forma de pagar a dívida que o Brasil tem para com os afro-descendentes brasileiros. Os negros foram importantes na formação cultural e econômica do Brasil, mas estes foram deixados à margem da sociedade, assim mostram os dados e documentos pesquisados. Aos imigrantes que aqui chegaram foram dados terras, financiamentos e educação, mas os negros não tiveram a mesma sorte. Essas políticas têm gerado muita polêmica, principalmente no que refere às cotas para os negros ingressarem na universidade. Muitos afirmam que os negros são tão capazes quanto os brancos e não necessitam de favorecimentos, outros, porém concordam que está na hora do Brasil devolver o que é do negro por direito.

Como o *locus* da pesquisa é a região do Vale do Ribeira, procurou-se realizar um resgate da história do Vale do Ribeira, seus aspectos econômicos, culturais e históricos, bem como apresentar as comunidades quilombolas da região escolhida para a pesquisa: Ivaporunduva, Sapatu e Nhunguara. Esta pesquisa tem como objetivo, identificar pistas das prováveis causas do analfabetismo e o nível da escolaridade dos moradores desses quilombos; tornar conhecidas as

comunidades da região do Vale do Ribeira, bem como seus costumes e seus bens culturais; oferecer subsídios para estudos posteriores. As falas dos moradores entrevistados sobre o significado da escola em suas vidas mostram que apesar de muitos não terem estudado por motivos vários (disponibilidade de tempo, falta de motivação, cansaço, trabalhavam para sustentar a comunidade) esperam que seus filhos tenham acesso à escola. Acreditam nela como um lugar privilegiado para divulgar o saber, desejam que os mais novos freqüentem a escola e tenham acesso ao ensino superior. Assim como os negros do passado, acreditam que a escolarização pode trazer ascensão social, apesar de não aceitarem o currículo que ainda é embranquecido e não contempla o negro e sua história. Assim vivem os afro-descendentes brasileiros, sofridos, mas esperançosos que a educação, principalmente a escola tragam conhecimentos necessários para enfrentar a vida e seus desafios.

Restam-nos questionamentos. Não tem sentido discutir abstratamente sobre a educação – “uma dimensão da vida dos homens que se transforma historicamente, acompanhando e articulando-se às transformações dos modos de produzir a existência dos homens” (LOMBARDI, 2005, p.04). É preciso acompanhar os movimentos contraditórios que ora fazem avançar as propostas pedagógicas e as formas de organizar a escola, ora atribui-se à educação a perpetuação da ordem conservadora e conformista. Assim acontece no terreno das pedagogias populares. Assim acontece com os quilombolas: uma constante contradição entre os interesses populares e os interesses de uma sociedade marcada pelas diferenças de classes sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOWICZ, Anete, SILVÉRIO, Valter Roberto. São Paulo: *Educando pela diferença para a igualdade*. Secretaria de Estado da Educação- Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, 2006.
- BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre final do século XIX e início do século XX*. In: *História da Educação do Negro e outras histórias*. Org: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.
- BEATO, Joaquim,. *Um novo milênio sem racismo na Igreja e na Sociedade*. CENACORA, 1998
- BOURDIEU, P.O *Capital social* In: NOGUEIRA, M A; CATANI, A (orgs) *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CARENO, Mary Francisca do. *Vale do Ribeira: a voz e a vez das comunidades negras*. São Paulo: UNIP, 1997.
- CARRIL, Lourdes. *Terra de negros: herança dos quilombos*. São Paulo: Scipione, 1997.
- DEWEY, John. *Democracia e Educação*. São Paulo: Melhoramentos, 1974.
- FREIRE, Paulo. *Mudar é difícil, mas é possível*. In: *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Ed.UNESP, 2001.
- FORTES, R. *História do Vale. A Tribuna do Ribeira*. Registro: São Paulo, 10 de novembro. P.06.
- FERNANDES, Florestan. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978
- GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 13ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- GOMES, Nima Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil.: uma breve discussão*. MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Leitura. São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da cultura*. Rio de Janeiro: : Civilização Brasileira, 1989.
- LANCILLOTTI, Samira. *Deficiência e Trabalho: redimensionando o singular no contexto universal*. Dissertação de Mestrado. Campo Grande. UFMS, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, 2000.
- LOMBARDI, José Claudinei. *Educação, ensino e formação profissional em Marx e Engels*. In: LOMBARDI, J.C. e SAVIANI, D. (orgs.). *Marxismo e Educação: debates contemporâneos* .Campinas: Autores Associados, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade, PRESOTTO, Zélia Maria Neves. *Antropologia, uma introdução*. São Paulo: Atlas, 2001.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. 11ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MUNANGA, Kabengele, GOMES, Nilma Lino. *Para entender o Negro no Brasil de Hoje: História, Realidades, Problemas e Caminhos*. São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004

MUNANGA, Kabengele. Org. *Superando o Racismo na escola*. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____ *Negritude – Usos e Sentidos*. São Paulo. Editora Ática, 1986.

OLIVEIRA, B e DUARTE, N. *Socialização do saber escolar*. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1987

QUEIROZ, Renato. *Caipiras Negros do Vale do Ribeira*. Dissertação de mestrado. USP. 1980

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. *História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados*. In: *Superando o racismo na escola*., Kabengele Munanga. Org. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade., 2005.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*- São Paulo: Educ/Fabesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

SAVIANI, D. *Educação. Do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

_____ *Pedagogia Histórico - Crítica*. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, Geraldo da. ARAÚJO, Márcia. *Da interdição escolar à ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas*. In: *História da Educação do Negro e outras histórias*. Org: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

SILVÉRIO, Valter Roberto. *O papel das ações afirmativas em contextos racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro*. In: *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

VALE DO RIBEIRA. A gazeta, São Paulo, 25 de junho de 1975.

VENTURA, Nancy Caruso. *Negro: Reconstruindo nossa História*. São Paulo: Ed. Nookha América, 2003